



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO EXECUTIVO (FEAACAS).
DEPARTAMENTO DE TEORIA ECONÔMICA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DAIANA RESENDE DA SILVA

**PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA NO BRASIL:
CASO BOLSA FAMÍLIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA POBREZA EXTREMA**

FORTALEZA

2013

DAIANA RESENDE DA SILVA

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA NO BRASIL:
CASO BOLSA FAMÍLIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA POBREZA EXTREMA

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas do Departamento de Teoria Econômica da Universidade federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Economia.

Orientador: prof. Dr. Carlos Américo Leite
Moreira

FORTALEZA

2013

DAIANA RESENDE DA SILVA

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA NO BRASIL:
CASO BOLSA FAMÍLIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA POBREZA EXTREMA

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas do Departamento de Teoria
Econômica da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Economia.

Aprovada em ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Fábio Maia Sobral
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Raul dos Santos Filho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

A Família Religiosa da Sagrada Face.

Aos meus pais e irmãos.

AGRADECIMENTOS

À Congregação das Religiosas da Sagrada Face na pessoa da Madre Annalisa Galli, em particular à Comunidade de Formação: Ir. Lina, Ir. Lúcia, Ir. Célia, Fátima, Odileis, Elaine e Luciana, pelas orações, apoio e compreensão, sobretudo no período da elaboração deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira, pela atenção e orientação deste trabalho.

Aos professores participantes da Banca examinadora, Prof. Dr. Fábio Maia Sobral e Prof. Raul dos Santos Filho.

Aos meus colegas de turma, de modo particular agradeço a Érika Vanessa, Phábia Valeska e Mayara Casqueiro.

“Às vezes só conhecemos nossa real capacidade quando somos desafiados a ultrapassar os limites daquilo que acreditamos ser nossa capacidade”.

(Laurence Freeman)

RESUMO

Este trabalho tem por alvo primário verificar as implicações do Programa Bolsa Família (PBF) sobre a extrema pobreza no Brasil. O PBF foi criado pelo governo federal no ano de 2003, com a finalidade de combater e erradicar a miséria na qual vivem milhões de brasileiros. No intuito de alcançar os objetivos propostos foram utilizados principalmente, base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Pesquisa Nacional de amostra por Domicílios (PNAD) 2010, e estudos e publicações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Inicialmente apresenta-se um esboço do PBF, em seguida é feito uma breve análise acerca das implicações do PBF sobre a desigualdade de renda e da pobreza, finalizando com os efeitos sobre a extrema pobreza. Uma vasta literatura aponta para uma redução da desigualdade de renda, sendo o PBF um dos principais influentes neste declínio devido à focalização do programa. Mas o que determina a redução da desigualdade de renda é a renda oriunda do trabalho. Quanto à pobreza os resultados são mais modestos, apenas 8% da queda na pobreza de 2003 a 2009 é atribuído ao PBF. As causas principais da redução da pobreza é uma combinação entre crescimento econômico com distribuição via inclusão no mercado de trabalho e aumentos do salário mínimo. Na pobreza extrema verificamos que o PBF tem impacto positivo na tentativa de erradicar a pobreza extrema, contudo, a erradicação ainda não aconteceu devido aos baixos valores transferidos incapazes de fazer com que as famílias cruzem a linha de pobreza extrema e aos erros de exclusão.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família, desigualdade de renda, pobreza, extrema pobreza.

ABSTRACT

The primary target of this work is to study the implications of the Family Bolsa Program (PBF) in relation to the extreme poverty in Brazil. The BFP was created by the federal government in 2003, in order to combat and eradicate poverty, in which millions of Brazilians live. In order to achieve the proposed objectives mainly were used; the database of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the National Research of Household Samples (PNAD) 2010, studies and publications of the Institute of Applied Economic Research (IPEA). Initially is presented an outline of the BFP then a brief analysis is made of the implications of GMP on income inequality and poverty, ending with the effects of extreme poverty. A large amount of literature points to a reduction in income inequality with the PBF being a major determinant of this decline due to the focus of the program. Since poverty results are more modest, only 8% of the decline in poverty from 2003 to 2009 is attributed to GMP. The main causes of poverty reduction are a combination of economic growth with distribution by way of inclusion in the labor market and minimum wage increases. In extreme poverty it is found that the PBF has a positive impact in eradicating extreme poverty, however, eradication has not happened due to the fact that the low amounts transferred are unable to provide that the families can cross the line of extreme poverty and exclusion errors.

Keywords: Family Bolsa Program, income inequality, poverty, extreme poverty.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do Bolsa Escola nos anos de 1995 a 1998.....	19
Gráfico 2 – Evolução do Programa Bolsa Família de 2004 a 2011.....	29
Gráfico 3 – Orçamento do Bolsa Família.....	30
Gráfico 4 – Evolução do Índice de Gini 2003 a 2009.....	33
Gráfico 5 – Com valores do Gini do trabalho para o Brasil.....	35
Gráfico 6 – Declínio da Pobreza.....	38
Gráfico 7 – Evolução da Renda média.....	40
Gráfico 8 – Projeção da Pobreza para 2015.....	43
Gráfico 9 – Distribuição da Extrema Pobreza por regiões no Brasil.....	45
Gráfico 10 – Evolução da Extrema pobreza no Brasil – 1995 a 2009.....	46
Gráfico 11 – Famílias com Agenda de saúde Acompanhada.....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Famílias com renda familiar mensal de até R\$ 70 por pessoa.....	25
Tabela 2 – Famílias com renda familiar mensal de R\$ 70 a R\$ 140 por pessoa.....	27
Tabela 3 – Índice de Gini – Brasil e regiões 2000/2010.....	33
Tabela 4 – Impactos do Bolsa Família sobre a Desigualdade de 1995 a 2006.....	36
Tabela 5 – Pobreza nas Cinco grandes regiões do Brasil.....	38
Tabela 6 – Impacto do Bolsa Família sobre a pobreza.....	42

LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
BSM	Plano Brasil Sem Miséria
BVCE	Benefício Variável de Caráter Extraordinário
BVJ	Benefício Variável Jovem
CEF	Caixa Econômica Federal
DF	Distrito Federal
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IETS	Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
IPEA	Instituto de Pesquisa
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do estado do Ceará
LEP	Laboratório de Estudos da Pobreza
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa para Erradicação do Trabalho Infantil
PGRFM	Programa de Garantia de Renda Mínima
PGRM	Programa de Garantia de Renda Mínima
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra Por Domicílio
SESEP	Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza
SP	São Paulo

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	13
2.	A POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA: RETROSPECTO.....	16
2.1	Antecessores ao Bolsa Família.....	18
2.2	O Programa Bolsa Família (BF).....	21
2.2.1	<i>Como funciona o programa Bolsa Família.....</i>	<i>22</i>
2.2.2	<i>Unificação.....</i>	<i>23</i>
2.2.3	<i>Cadastro Único.....</i>	<i>25</i>
2.2.4	<i>Forma de cálculo do Bolsa Família.....</i>	<i>25</i>
2.2.5	<i>Condicionalidades.....</i>	<i>30</i>
3.	DESIGUALDADE DE RENDA E POBREZA À LUZ DO PROGRAMA.....	32
3.1	Desigualdades de Renda.....	32
3.2	Rendimentos oriundos do Trabalho.....	34
3.3	Determinantes da queda na Desigualdade com enfoque PBF.....	35
4.	POBREZA E OS EFEITOS DO PBF.....	37
4.1	Conceituando Pobreza.....	37
4.2	Aumentos Renda como determinante da Redução da Pobreza.....	39
4.3	Bolsa Família na redução da Pobreza.....	41
4.4	Perspectivas futuras para a pobreza no Brasil.....	43
5.	IMPLICAÇÕES DO PBF NA EXTREMA POBREZA.....	44
5.1	Conceito e análises acerca da Extrema Pobreza.....	44
5.2	Bolsa Família e Implicações na extrema pobreza.....	47
5.3	Custos para extinção da extrema pobreza.....	49
5.4	Efeitos do PBF na Educação.....	51
5.5	Efeitos do PBF na Saúde.....	51
5.6	Mortalidade e Trabalho Infantil.....	53
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970 emerge sobre o pensamento de pesquisadores e estudiosos o fato de as desigualdades sociais e a pobreza não estarem convergindo para um estado ótimo, ou seja, para uma adequada forma de distribuição e satisfação das necessidades elementares dos indivíduos, contrapondo, tal situação, ao pensamento daqueles que defendiam ou ainda defendem uma tendência de que o crescimento econômico elevaria por si a qualidade de vida das pessoas e as deslocaria, portanto, para um estado de “não pobres”. O que se verifica pela expansão do crescimento é um aumento das desigualdades e uma proliferação da pobreza, sobretudo nos países subdesenvolvidos (ROCHA, 2003).

O fato é que esse cenário tem mudado nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, a desigualdade, pobreza e pobreza extrema declinam impulsionadas, sobretudo, pelas intervenções dos governos nestas sociedades, visando promover melhores condições de vida para as populações.

Diante da problemática de diminuir a desigualdade de renda, erradicar a pobreza e pobreza extrema no mundo, os governos vêm adotando medidas para este fim. Segundo Silva e Lima (2010), no caso do Brasil estas iniciativas se voltam para os programas de assistência social, que tiveram início em 1991 com Eduardo Suplicy, na época senador.

Em 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso houve uma expansão desses programas visando abranger um maior número de famílias atendidas, e, sobretudo este período foi marcante na evolução da atuação do governo frente à pobreza, pelo fato de ter sido criado nessa época outros programas, como o Vale – Gás, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Bolsa Renda e outros cada um desses com o seu enfoque e suas condicionalidades.

Em 2003, já no governo de Luís Inácio Lula da Silva, é criado o Bolsa Família como estratégia de combate à fome no Brasil. O Bolsa Família é uma unificação de todos os programas de transferência de renda que existiam até aquele momento (Vale-Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Bolsa Renda,...), pelo fato de que, com um programa mais focalizado atingiria todos os municípios do país e erradicaria a miséria.

O Programa Bolsa família (PBF) exige condicionalidades para os que dele se beneficiam no âmbito da educação, onde as famílias devem matricular seus filhos na escola e frequentar as mesmas; no caso da saúde, as mães devem fazer o pré-natal, vacinar as crianças; quanto ao trabalho, as famílias devem tentar se inserirem no mercado de trabalho com vista a se tornarem independentes desse benefício no futuro, ou seja, para que não se

tornem dependentes dessa renda monetária dada pelo governo, salienta ainda Silva e Lima (2010).

Observa-se, portanto, uma vasta literatura, em se tratando de avaliação, mensuração, observação e outros, a respeito dos impactos e efeitos dos programas de transferência condicionada de renda no Brasil, sobretudo no âmbito da desigualdade de renda, pobreza e da pobreza extrema. As linhas de pensamento se direcionam para o fato de que tais programas são instrumentos necessários na política de assistência social, pois os índices têm diminuído, sobretudo devido à sua atuação.

No entanto, há que se considerar que no combate à pobreza e extrema pobreza, o PBF só não é mais eficiente, devido ao fato de a renda transferida ser muito pequena (abaixo da linha de pobreza) e a problemas de exclusão, onde famílias que se enquadram no perfil de beneficiários do PBF não recebem o benefício, afirmam Osório, Soares e Souza, (2011).

É, portanto, de fundamental importância para a redução da pobreza que os países invistam cada vez mais em políticas públicas focadas. Desse modo, justifica-se o estudo e avaliação dessas políticas, para que aconteça um melhoramento das mesmas e para que haja cada vez mais, e de forma eficiente os objetivos alcançados, tirando da pobreza extrema tantas pessoas que não por vontade própria sobrevivem nesta situação, mas, sobretudo por um sistema capitalista que tende a engrandecer e enriquecer cada vez mais uns poucos e a condenar à miséria outros, que não são poucos.

Logo, é neste âmbito que fundamenta-se e objetiva-se este trabalho, ou seja, na tentativa de investigar as implicações do PBF na diminuição da desigualdade de renda pobreza, mais especificamente, os impactos deste na tentativa de erradicação da pobreza extrema no Brasil.

Para tanto utilizaremos dados da PNAD 2010, PNUD, IPEA, base dados do IBGE e dados secundários, a partir de uma vasta bibliografia é que se objetiva chegar às conclusões deste trabalho. Portanto, é um estudo predominantemente qualitativo descritivo.

Este trabalho tem a seguinte forma:

Na primeira seção é feita uma contextualização do programa Bolsa Família, levando em consideração sua implementação em 2003, objetivos, abrangência, condicionalidades, ineficiências ou falhas, bem como, sua evolução no que diz respeito ao aperfeiçoamento do mesmo para mais eficazmente atingir tais objetivos. Na segunda seção, o foco será a desigualdade de renda no Brasil e a pobreza com seus desafios, pois é neste cenário de falha quanto ao bem estar da sociedade que se justificam intervenções que venham minimizar os custos dessas falhas para a sociedade, sobretudo, para os menos favorecidos, os

mais pobres e por ser a desigualdade de renda, uma das formas ou instrumentos de redução da pobreza e da pobreza extrema. Por fim, trataremos na terceira seção do objetivo principal deste trabalho, que é a extrema pobreza sendo impactada pelo PBF.

2 A POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA: RETROSPECTO

A partir da década de 1970 emerge sobre o pensamento de pesquisadores e estudiosos, o fato de as desigualdades sociais e a pobreza não estarem convergindo para um estado ótimo, ou seja, para uma adequada forma de distribuição e satisfação das necessidades elementares dos indivíduos, contrapondo, tal situação, ao pensamento daqueles que defendiam ou ainda defendem uma tendência de que o crescimento econômico elevaria por si a qualidade de vida das pessoas e as deslocaria, portanto, para um estado de “não pobres”, ao contrário, o que se verifica pela expansão do crescimento é um aumento das desigualdades e uma proliferação da pobreza, sobretudo nos países em subdesenvolvimento (ROCHA, 2003).

Neste sentido, verifica-se que os governos no intuito de atenuar essa disparidade entre crescimento econômico, desigualdade de renda e pobreza, vêm adotando medidas para este fim. É o caso das políticas públicas que tem amenizado a situação de muitos povos, na luta frente à questão da fome. Ou seja, alguém tem que reagir de forma que venha a promover o bem-estar social. Esse é o caso e a função dos governos, afirma Rocha.

O fato é que as intervenções estatais têm alterado este cenário de desigualdade de renda, pobreza e extrema pobreza. Estas variáveis apresentam uma queda comparativamente a períodos anteriores às intervenções, e grande parte desse recuo ocorreu graças à atuação dos governos na sociedade, na tentativa de promover melhores condições de vida para as populações. É o que defendem alguns autores quanto aos efeitos dessas políticas. No caso de Soares e Sátyro (2009), a eficácia dos programas que incidem sobre a população com os objetivos acima citados, alcança resultados que embora não sejam de grande magnitude, contribuem, sem dúvida para uma melhora nos padrões de vida das pessoas.

Segundo Silva e Lima (2010), no caso do Brasil estes programas de assistência social tiveram início em 1991 com Eduardo Suplicy, na época senador, apresentando o projeto de lei que instituía o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), para atender a população em situação de pobreza com idade acima de 25 anos. Em seguida, a ideia era atender famílias que tivessem crianças de 5 a 16 anos de idade matriculadas em escolas públicas. Para que as famílias recebessem o benefício monetário, as crianças obrigatoriamente deveriam frequentar a escola e declarar tal frequência. É importante lembrar que Campinas, Ribeirão Preto, Santos no estado de São Paulo, e Brasília no Distrito Federal foram as primeiras cidades no Brasil a implantar esses programas.

No âmbito nacional, as primeiras iniciativas de programas de transferência de renda estão associadas ao governo de Fernando Henrique Cardoso. Nesse período, foram implantados alguns programas de renda mínima visando abranger um maior número de famílias atendidas. Entre esses programas, destaca-se o Bolsa Escola, o Auxílio – Gás, o Bolsa Alimentação e o Bolsa Renda, cada um com o seu enfoque e suas condicionalidades. Além da implantação destes programas, o Governo Federal ampliou aqueles que haviam sido implantados em tempos anteriores (PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Benefício de Prestação Continuada).

Em 2003, já no governo de Luís Inácio Lula da Silva, é criado o Programa Bolsa Família, como estratégia de combate a fome no Brasil. O Bolsa Família é uma unificação de todos os programas de transferência de renda já existentes (Vale-Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Bolsa Renda,...). O propósito era unificar todos esses programas com o objetivo de atingir todos os municípios do país e erradicar a miséria. É um programa que exige condicionalidades para os que dele se beneficiam no âmbito da educação, onde as famílias devem matricular seus filhos na escola e frequentar as mesmas; no caso da saúde as mães devem fazer o pré- natal, vacinar as crianças; quanto à assistência social as famílias devem tentar se inserirem no mercado de trabalho com vista a se tornarem independentes desse benefício no futuro, ou seja, para que não se tornem dependentes dessa renda monetária dada pelo governo (Silva e Lima, 2010).

É importante citar que em 2004, para melhorar o funcionamento e focalização dos programas sociais, o governo cria o MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sua principal função é implementar as políticas do Governo Federal no enfrentamento da fome. Também é de sua responsabilidade, mensurar e avaliar os impactos das políticas para que sejam eficazes no alcance.

Para combater a fome, a pobreza e a desigualdade, precisamos de um trabalho integrado e também de acompanhar diariamente as políticas para melhorá-las. Os programas funcionam considerando as demandas e sabemos que os indivíduos, famílias e comunidades para as quais nossos programas são feitos, estão tentando melhorar de vida em todos os aspectos: mais saúde, educação, mais emprego, moradia melhor, acesso a saneamento, transporte público, lazer. (Brasil/MDS 2011, p.14)

Percebe-se, portanto, o empenho que o Governo Federal tem de inserir os indivíduos no meio social, garantindo e assegurando aquilo que lhes é de direito. Verifica-se, neste sentido a sua função na promoção do bem-estar coletivo.

2.1 Antecessores ao Bolsa Família

Segundo Silva, Yazbek e Giovani, (2012, p.54), os programas de transferência de renda são transferência monetária direcionada a indivíduos ou a famílias, e exigem como contrapartida algumas condicionalidades, como educação, saúde e trabalho.

Entre as iniciativas nessa direção, podemos citar o Bolsa Escola e o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima- PGRFM, adotados em algumas cidades do país, como Campinas (SP), Ribeirão Preto e Brasília (DF). Essas primeiras experiências serviram de inspiração para a implantação em outras cidades do Brasil.

O objetivo do PGRFM implantado em Campinas é atender as famílias que vivem sob condições de extrema pobreza e que tenham filhos de até 16 anos de idade. Esse atendimento se apresenta na forma de auxílio monetário mensal e na inserção sócioeducativo, através de acompanhamento psicossocial. São contempladas com o subsídio as famílias com renda mensal per capita inferior a R\$ 35,00 e com filhos de 0 a 16 anos de idade. Se na família algum dos filhos fosse portador de alguma deficiência, o benefício era concedido independentemente da idade. Por fim, outro critério de inserção no programa era o fato de a família residir na cidade de Campinas, há pelo menos quatro anos (Silva, Yazbek e Giovani, 2012).

Além da renda monetária, era oferecida aos adultos das famílias beneficiárias a oportunidade de qualificação para se inserir no mercado de trabalho, como cursos profissionalizantes. Eram ofertados também, serviços de saúde, educação e moradia. Em contrapartida as famílias deveriam manter os filhos na escola. O controle era feito através da frequência escolar das crianças e adolescentes.

Após um ano e meio de participação no PGRFM ocorria um desligamento da família beneficiária. Caso a mesma se mudasse da cidade de Campinas também era excluída do programa. Outro fator determinante para a exclusão das famílias do programa era se os pais perdessem a guarda dos filhos.

De acordo com Silva, Yazbek e Giovani (2012), os impactos causados pelo Programa de Garantia de Renda Familiar, desenvolvido em Campinas na vida das famílias beneficiárias foram positivos. Verificou-se que as crianças tinham mais acesso à alimentação, material escolar, vestuário... , tornaram-se consumidores de produtos que antes não tinham acesso. De um modo geral, toda a família melhorou em termos de condições de vida.

Ficou claro também que a renda monetária era despendida, principalmente no pagamento de contas da família, como, água, luz, na compra de alimentos e de material de

construção, já que um dos pontos que apresentou melhoria foi moradia. Contudo, programas dessa natureza não podem permanecer estáticos, as políticas públicas sociais devem passar por constantes mudanças, expansões, aperfeiçoamentos.

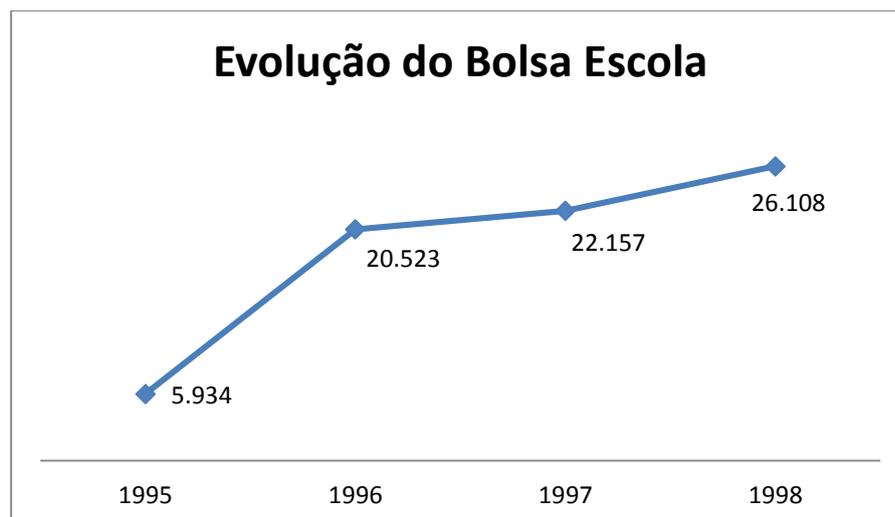
Nesse sentido, os autores consideram que o PGRFM esgotou-se em si mesmo e não conseguiu fazer as melhorias necessárias para se manter. Surge então, intrinsecamente a ideia de algo mais abrangente, flexível, que se adapte mais rapidamente às mudanças sociais.

No caso do Bolsa Escola ou Bolsa Familiar para a educação de Brasília, as iniciativas ganharam respaldo em meados de 1986 e 1989, na Universidade de Brasília (UNB) com a denominação inicial de Renda Mínima Escolar. Essa concepção considerava o investimento em educação como crucial para a diminuição da pobreza.

O Bolsa Escola tinha por objetivo principal atender famílias que viviam na pobreza e exclusão, assegurando renda para as famílias com filhos de 07 a 14 anos que estejam frequentando a escola pública.

Dadas as condições para uma boa educação e direitos básicos, as famílias teriam condições de garantir os seus direitos, sem que houvesse mais a necessidade do Governo de Brasília intervir. Isso era um ponto forte, já que tal programa não deveria se tornar um mero assistencialismo, ou seja, as famílias deveriam depois de um tempo, buscar conquistar seus direitos sem a necessidade de ajuda do estado (Silva; Yazbek e Giovani, 2012).

Gráfico 1 - Evolução do Bolsa Escola nos anos de 1995 a 1998



Fonte: Dados Silva, Yazbek e Giovani, 2012. Elaboração própria

Constata-se a tendência crescente no alcance do programa bolsa escola, quanto ao número de beneficiários para os anos de 1995 a 1998 (Gráfico 1). Dentre outras melhorias, o programa possibilitou

... Maior atenção das famílias com o desempenho escolar dos filhos; transformação da escola pública em centro importante de referência para a vida das famílias; melhoria na qualidade de ensino, verificando-se a elevação da frequência dos alunos às aulas, motivação dos professores e apoio, por meio da adoção de outras medidas e mais recursos; combate a fome e a pobreza, com melhoria da nutrição e das condições de saúde... (SILVA; YASBEK e GIOVANI, 2012).

Este é, portanto, um breve retrato dos programas que foram pioneiros na adoção de políticas públicas no Brasil, com o intuito de diminuir a pobreza.

Em resumo, Silva (2007), faz essa contextualização histórica da questão dos programas de transferências de renda para o caso brasileiro, em cinco momentos. No primeiro momento em 1991, destaca unicamente debates a respeito dessas políticas públicas e se estende durante os anos seguintes dando início ao segundo momento, onde o ponto culminante foi a ideia de articular uma renda mínima à educação.

A respeito dessa articulação entre garantia de renda mínima e educação, a autora defende que tal garantia se faz necessária, pelo fato de que o custo de oportunidade para as famílias pobres mandarem seus filhos para a escola é muito alto, diminuindo a renda da família que já é pouca.

Ressalta ainda que a deficiência da formação educacional enquanto fator limitante do incremento da renda acaba criando um círculo vicioso, onde a pobreza de hoje determina a pobreza de amanhã. Sendo que, com o auxílio às famílias por meio de seus filhos terão a oportunidade de romper com esse círculo vicioso da pobreza. É então transferida para as famílias que tenham filhos de 07 a 14 anos na escola, uma renda equivalente a um salário mínimo.

O terceiro momento se inicia em 1995, com as experiências municipais de Campinas (SP), Brasília no Distrito Federal. Em 1996 começam a surgir os programas de transferência de cunho Federal, com o PETI, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o BPC, Benefício de Prestação Continuada.

O quarto momento foi em 2001 com o então presidente Fernando Henrique Cardoso ampliando os que já estavam funcionando e a criação de outros, como o Bolsa Escola

e Bolsa Alimentação. Neste mesmo período, ressalta a autora que ocorre um debate sobre o direito que todos os brasileiros tinham quanto à garantia de uma renda de cidadania.

O quinto momento se refere já ao período de 2003, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, este período foi marcado pela revisão da política de assistência social no Brasil, com o objetivo de atingir a população pobre em âmbito nacional. Com a estratégia do Fome zero o governo tentaria diminuir a fome e a pobreza no país.

2.2 O Programa Bolsa Família (PBF)

Como visto, houveram iniciativas plausíveis do Governo quanto à criação de programas de transferência de renda, visando combater a fome no Brasil. No entanto, tais programas (Bolsa Escola e Bolsa Alimentação) não alcançaram as metas estabelecidas pelo Governo no que se refere, por exemplo, ao número de famílias atendidas, ao valor do benefício e, sobretudo, à questão de falha no alcance dessas políticas. Ou seja, enquanto uma só família era beneficiada com o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação, outras famílias em situação de pobreza equivalente não recebiam nenhum dos dois (SENNA *et al.*, 2007).

No intuito de resolver estes problemas, o Governo instituiu em outubro de 2003, o Programa de Transferência Direta de Renda Bolsa Família. Este é uma unificação de quatro programas anteriormente criados: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio- Gás e Cartão Alimentação.

Em seguida, foram incorporados ao Bolsa Família, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em 2006 e o PROJOVEM em 2008. Por meio desse último, era concedida uma bolsa de R\$ 38,00 por filho com até 17 anos de idade, sendo no máximo dois filhos por família (BRASIL, 2011).

O Programa de Transferência Direta de Renda Bolsa Família foi instituído pela lei 10.836/04 e regulamentado pelo decreto Nº 5.209/04. Este programa foi criado em outubro de 2003, para beneficiar famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza.

Aqui cabe ressaltar um ponto relevante quanto aos programas de transferência de renda mínima direta: as famílias recebem o subsídio e gastam de acordo com as suas necessidades dentro do que é estabelecido pelos programas.

Uma das vantagens é que há uma diminuição dos custos administrativos do programa, diminuem também as fraudes e os desvios do dinheiro e por fim, as famílias têm liberdade para gastar o dinheiro com os produtos que desejam (LAVINAS, 2000, apud SENNA *et al.*, 2007, p. 87).

O programa Bolsa Família procura contribuir para o desenvolvimento das famílias, bem como assegurar direitos básicos às famílias. Para tanto busca uma articulação com três frentes:

- ✓ Promover um alívio imediato da pobreza através da transferência direta de renda;
- ✓ Através das condicionalidades do programa bolsa família nas áreas de saúde e educação é reforçada a garantia de direitos mínimos das famílias nesses dois segmentos;
- ✓ Por meio de outros programas que são complementares ao bolsa família o governo desenvolve a capacitação das famílias. É o caso do programa de geração de trabalho e renda, alfabetização de jovens e adultos... (BRASIL, 2013, p.19)

A gestão do programa bolsa família é descentralizada, ou seja, sua execução tem participação das esferas da União, Municipais, Estaduais e do Distrito Federal. Isso para garantir uma mais adequada focalização e execução do programa (MDS, 2013).

O Programa Bolsa Família é, em suma, uma espécie de união entre os programas de transferência de renda até então instituídos pelo Governo Federal, no intuito de resolver problemas referentes aos mesmos quanto à focalização no acesso, por exemplo. Este processo de unificação é apresentado a seguir segundo um estudo do IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

2.2.1 Como funciona o programa Bolsa Família

O Programa de transferência de renda Bolsa Família (PBF) é o principal programa do Governo Federal no enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil.

Seus principais objetivos são:

- i. Combater a fome, a pobreza e a desigualdade através de um benefício financeiro que garantirá o acesso das famílias beneficiárias a direitos sociais básicos como saúde, educação, assistência social e segurança alimentar;
- ii. Promover a inclusão social contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram (BRASIL/MDS, 2013).

Silva, Yazbek e Giovani (2012, p 142) reforçam que o benefício é garantido para as famílias pobres e extremamente pobres. Família enquanto “grupo ligado por laços de

parentesco ou afinidade que formam um grupo vivendo sob o mesmo teto e que se mantêm pela contribuição de seus membros”.

Desde a instituição do Programa Bolsa Família em 2003, constata-se uma significativa mudança no sentido abrangência das famílias e aumento do valor do benefício. Em 2008, o governo investiu cerca de R\$ 10 bilhões, sendo metade destinada para a região mais pobre do país, o nordeste brasileiro. De 2009 a 2011 o programa se voltou para atender as famílias que se encontrassem em extrema pobreza, com renda *per capita* inferior a R\$ 70,00 reais mensais.

No início do programa Bolsa Família o governo traçou como meta atender cerca de 11 milhões de famílias que se encontravam abaixo da linha de pobreza. É certo que no decurso do programa houve ajustes, ampliações e melhorias do mesmo, chegando a atingir significativos resultados.

Em agosto de 2011, o Programa atendia 13,2 milhões de famílias, o que corresponde a aproximadamente 52 milhões de pessoas, ou 28% da população brasileira e contava com um orçamento anual de R\$ 14,7 bilhões (IBASE, p.30, 2011).

2.2.2 Unificação

É importante verificar as justificativas pelas quais se deu a unificação dos programas de transferência de renda dando origem ao Programa Bolsa família.

Silva, Yazbek e Giovani (2012, p.136) afirmaram que os fundamentos para unificar os programas de transferência de renda do Governo Federal se deram a partir de um diagnóstico elaborado em 2002, ano que marcou o processo de transição do governo Fernando Henrique Cardoso para o governo Luiz Inácio Lula da Silva. O diagnóstico foi realizado pela equipe do governo Lula, que concluiu após o relatório pela necessidade de unificação dos programas.

Dentre os problemas encontrados no diagnóstico que nortearam a unificação destaca-se:

... Existência de programas concorrentes onde a implementação era feita por três ministérios diferentes (educação, saúde e assistência social) ocorrendo diferenciação no valor do benefício. Era o caso do PETI, bolsa escola e bolsa alimentação; ausência de uma coordenação geral, gerando desperdício de recursos; orçamento alocado insuficiente, problemas com Cadastro Único criado pela CEF - Caixa Econômica Federal, etc. (SILVA; YAZBEK; GIOVANI, 2012, p.138).

Portanto, era preciso resolver esses impasses na política de assistência social no Brasil. Desse modo a equipe do governo traçou o que seria as principais medidas a serem tomadas.

Começando pela revisão e correção do Cadastro Único, transformando-o em um sistema que funcione de forma local e nacional, pois o cadastro era centralizado na CEF que impedia a importação de dados de outras fontes. Conseqüentemente foi revista a atuação da Caixa Econômica enquanto mediador entre o governo e os beneficiários. Outra correção foi feita quanto ao padrão monetário de ingresso das famílias no programa, estabelecendo um valor per capita padronizado. Por fim, os autores destacaram a necessidade de ofertar atividades socioeducativas para integrar as famílias ao meio e proporcionar saídas para não se tornarem dependentes dos programas.

Segundo a pesquisa do IBASE o programa Bolsa Família tem dois principais objetivos: combater a fome, a miséria e a exclusão social e promover a inclusão social das famílias que vivem em pobreza ou extrema pobreza. Foi criado com o objetivo de unificar e integrar gestões e ações de transferência de renda que estavam divididas entre as três esferas, municipais, estaduais e federais nos programas preexistentes ao Bolsa Família.

Dentre alguns dos programas de transferência de renda que precediam o Bolsa Família, destacam-se o Bolsa Escola em âmbito educacional, Bolsa Alimentação referente ao ministério da saúde, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do ministério do desenvolvimento social e o Vale- Gás do ministério de Minas e Energia. Portanto, o Bolsa Família é uma unificação destes quatro programas, acrescido do cartão Alimentação que fora criado também pelo governo Lula.

Nesse caso, destaca a pesquisa, que a gestão do novo programa é descentralizada, ou seja, cabem aos vinte e sete estados mais o Distrito Federal as devidas obrigações para o bom funcionamento do programa. (BRASIL/IBASE, 2011)

Silva, Yazbek e Giovani (2012, p. 141) concluem afirmando:

O embrião de criação de um programa que unifique os programas de transferência de renda do governo em desenvolvimento está na criação de uma secretaria que seja capaz de introduzir um novo conceito de gestão das políticas sociais, com unificação de gestão e do orçamento.

Cabe ressaltar que é neste período de reformulação da política social brasileira que é criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) citado no início deste trabalho, com o intuito de executar da melhor maneira possível os programas vigentes no governo.

2.2.3 Cadastro Único

As famílias que desejam e se enquadram nos requisitos para se beneficiar do programa Bolsa Família devem se inserir no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal, que contém informações da realidade familiar, seja econômica, social, domiciliar, bem como dados referentes aos componentes das famílias.

É importante lembrar que nem todas as famílias inscritas no Cadastro Único recebem o Bolsa Família, pois no mesmo estão inscritas famílias que recebem até meio salário mínimo o que supera o valor estipulado pelo governo para receber o benefício. O Cadastro Único serve de base, mas o que define o recebimento ou não do benefício é a renda per capita familiar de R\$ 70,00 para famílias extremamente pobres e R\$ 140,00 para famílias pobres.

A cada dois anos o governo faz uma atualização dos dados das famílias beneficiárias do programa, seja para garantir-lhe o benefício ou mesmo para revalidá-lo se for o caso.

2.2.4 Forma de cálculo do Bolsa Família

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e combate a fome, o montante pago pelo Bolsa Família aos beneficiários variam em torno de R\$ 32,00 e R\$ 306,00. O valor pago a cada família depende da renda per capita da mesma, do número de crianças e adolescentes de 17 anos e do número de gestantes e nutrizes.

Através do quadro de cálculo do MDS, pode-se perceber quanto cada família pode receber através do programa:

Tabela 1 - Famílias com renda familiar mensal de até R\$ 70 por pessoa

Número de gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Básico	R\$ 70,00

1	0	Básico + 1 variável	R\$ 102,00
2	0	Básico + 2 variáveis	R\$ 134,00
3	0	Básico + 3 variáveis	R\$ 166,00
4	0	Básico + 4 variáveis	R\$ 198,00
5	0	Básico + 5 variáveis	R\$ 230,00
0	1	Básico + 1 BVJ	R\$ 108,00
1	1	Básico + 1 variáv.+ 1 BVJ	R\$ 140,00
2	1	Básico + 2 variáv. + 1BVJ	R\$ 172,00
3	1	Básico + 3 variáv. + 1BVJ	R\$ 204,00
4	1	Básico + 4 variáv. + 1BVJ	R\$ 236,00
5	1	Básico + 5 variáveis + 1 BVJ	R\$ 268,00
0	2	Básico + 2 BVJ	R\$ 146,00
1	2	Básico + 1 variável + 2 BVJ	R\$ 178,00
2	2	Básico + 2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 210,00
3	2	Básico + 3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 242,00
4	2	Básico + 4 variáveis + 2 BVJ	R\$ 274,00

5	2	Básico + 5 variv. + 2BVJ	R\$ 306,00
---	---	-----------------------------	------------

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2013).

Nesse caso o benefício será pago as famílias que vivem em situação de extrema pobreza, ou seja, com uma renda per capita de R\$ 70,00 reais por mês.

Para o caso das famílias em situação de pobreza com renda per capita mensal em torno de R\$ 70,00 a R\$ 140,00 mensais. O cálculo é feito da seguinte forma:

Tabela 2- Famílias com renda familiar mensal de R\$ 70 a R\$ 140 por pessoa

Número de gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Não recebe benefício básico	-
1	0	1 variável	R\$ 32,00
2	0	2 variáveis	R\$ 64,00
3	0	3 variáveis	R\$ 96,00
4	0	4 variáveis	R\$ 128,00
5	0	5 variáveis	R\$ 160,00
0	1	1 BVJ	R\$ 38,00
1	1	1 variável + 1 BVJ	R\$ 70,00
2	1	2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 102,00
3	1	3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 134,00
4	1	4 variáveis + 1 BVJ	R\$ 166,00

5	1	5 variáveis + 1 BVJ	R\$ 198,00
0	2	2 BVJ	R\$ 76,00
1	2	1 variável + 2 BVJ	R\$ 108,00
2	2	2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 140,00
3	2	3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 172,00
4	2	4 variáveis + 2 BVJ	R\$ 204,00
5	2	5 variáveis + 2 BVJ	R\$ 236,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2013).

O programa se divide em quatro tipos de benefícios:

- ✓ Benefício Básico concedido a famílias extremamente pobres (tabela 1), no valor de R\$ 70,00 reais mesmo que na família não tenha crianças, adolescentes. As famílias com renda entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00 per capita não tem direito ao benefício básico.
- ✓ Benefício Variável no valor de R\$ 32,00 pago às famílias pobres com renda até R\$ 140,00 por pessoa, desde que tenha na família crianças e adolescentes de até 15 anos, gestantes e/ ou nutrizes. Cada família pode receber até cinco benefícios variáveis (tabela 2).

No caso das famílias extremamente pobres com renda por pessoa de até R\$ 70,00 a família recebe acrescido do Benefício Básico, o Benefício Variável, podendo chegar ao valor de R\$ 230,00 mensais por família (tabela 1).

- ✓ O Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ) no valor de R\$ 38,00 pago a todas as famílias que tenha adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber por até dois jovens ou adolescentes por família podendo chegar a R\$ 76,00.

Em se tratando das famílias extremamente pobres esse valor pode chegar a R\$ 108,00, se houver um jovem ou adolescente na família, pois é associado ao Benefício Básico, se houver dois ou mais jovens, o valor pago vai para R\$ 146,00 (tabela 1).

- ✓ Por fim o quarto tipo de Benefício, que é o Variável de Caráter Extraordinário (BVCE). Esse Benefício é pago as famílias que “vieram” dos outros programas que compõe a unificação do programa Bolsa família. São: Bolsa alimentação, Auxílio-Gás

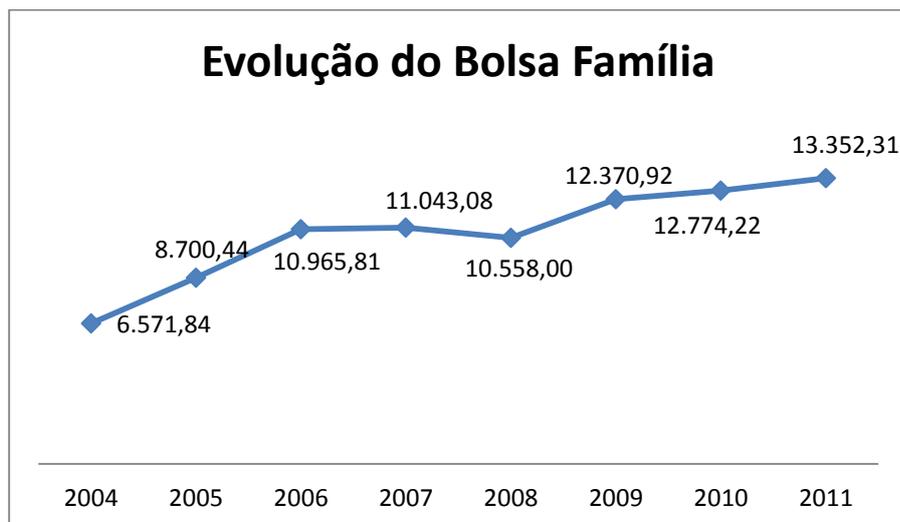
e Cartão Alimentação. Isso se acaso tiverem tido algum tipo de perda financeira ao migrar para o Bolsa Família.

Pela tabela 1, pode-se concluir que, ao vincular esses benefícios, na medida do possível, as famílias que vivem em extrema pobreza com renda de até R\$ 70,00, podem receber um auxílio que pode chegar a R\$ 306,00.

Para as famílias com renda de até R\$ 140,00 (famílias pobres), o valor total do benefício pode chegar até R\$ 236,00.

Segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o programa Bolsa família vêm sendo ampliado, ou seja, é cada vez maior o número de famílias beneficiadas pelo programa. De 2004 a 2011, esse número passou de 6.571,84 para 13.352,31 milhões de famílias atendidas, aumento de 6.780,47 milhões de famílias. Em média, esse total variou em torno de 1.130,08 milhões ao ano.

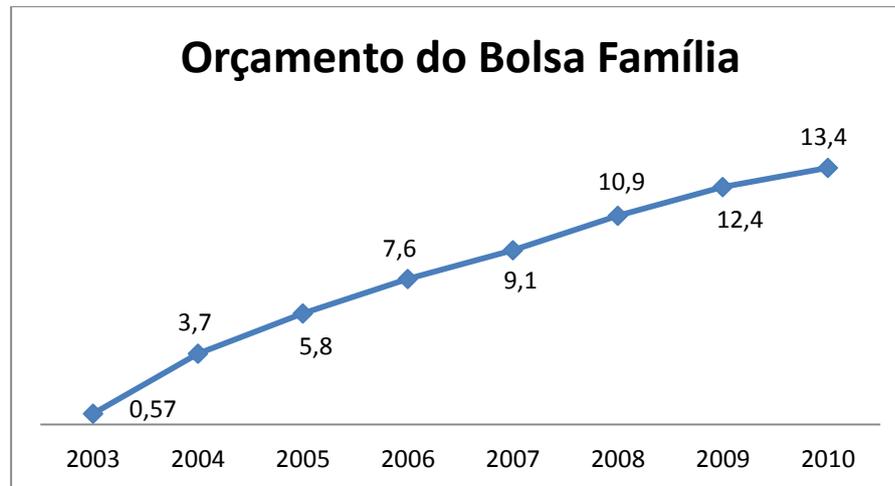
Gráfico 2 – Evolução do Programa Bolsa Família de 2004 a 2011



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2012). Elaboração própria

O orçamento disponibilizado para o Bolsa Família também sofreu alterações no sentido ascendente. Como se vê no gráfico 3, é cada vez maior o valor que o Governo Federal investe no programa, cerca de 13 Bilhões de reais em 2011 no enfrentamento da pobreza e pobreza extrema no Brasil.

Gráfico 3 – Orçamento do Bolsa Família em Bilhões de reais



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2010)

Conclui-se que o programa Bolsa Família tem tido significativa elevação tanto no que consta ao número de famílias atendidas, quanto ao valor que o Governo tem disposto para a efetivação e alcance do mesmo.

2.2.5 Condicionais

Conforme o Guia de Políticas Públicas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome de 2011, “as condicionais são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família, quanto pelo Poder Público, para ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos”.

As famílias assumem esses compromissos como condição para continuar recebendo o benefício financeiro do Bolsa família, enquanto que o poder público oferta saúde, educação e assistência social.

No que se refere ao serviço público de saúde, as famílias devem levar as crianças com até sete anos para vacinar e manter atualizado o cartão de vacinação; levar as crianças para serem pesadas, examinadas conforme o calendário do Ministério da Saúde e as gestantes devem fazer o pré-natal.

Quanto à Educação, as famílias devem matricular as crianças de 6 a 15 anos na escola, garantindo 85% de frequência; os adolescentes de 16 a 17 anos devem frequentar a escola, garantindo 75% de presença; quando o aluno precisar faltar, a família deve avisar o motivo da ausência; quando o aluno mudar de escola a família também deve comunicar, para que as prefeituras possam acompanhar a frequência do aluno.

As crianças que estão em situação de trabalho infantil devem participar de atividades socioeducativas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

É importante citar que esse monitoramento se dá não simplesmente pelo fato de determinar ou não se as famílias receberão o benefício, mas também acompanhar as famílias em suas dificuldades em atender ou cumprir estas obrigações.

3 DESIGUALDADE DE RENDA E POBREZA À LUZ DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Nesta seção será constituído um conciso esboço das questões Sociais no Brasil referentes à desigualdade de renda e pobreza, no intuito de sondar as principais causas de sua diminuição, mesmo se estas não se consolidaram em grande quantidade. Acima de tudo, esta seção tem por escopo averiguar essa tendência decrescente com base no programa Bolsa Família. Ou seja, a ligação entre decréscimo da desigualdade de renda e da pobreza com Bolsa Família.

Justifica-se a importância da análise destes dois indicadores nesta seção e no trabalho como um todo, primordialmente pelo fato de ser, a concentração de renda e os altos índices de pobreza os “problemas” a serem enfrentados pelos governos e por ser a desigualdade de renda um dos instrumentos de redução da pobreza e extrema pobreza, já que a diminuição da desigualdade pressupõe aumento da renda dos mais pobres e, por conseguinte, redução nos índices de pobreza e extrema pobreza (BARROS *et al.*, 2007).

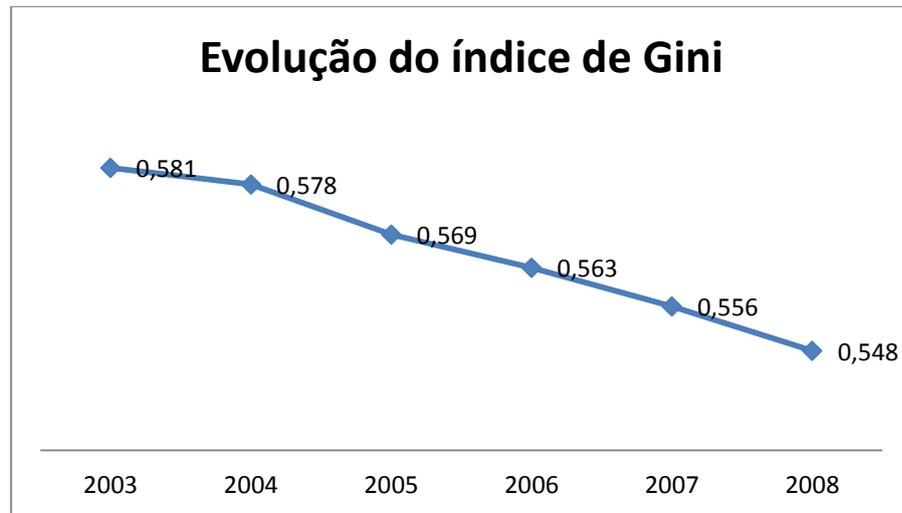
3.1 Desigualdades de Renda

A literatura mostra que embora venha ocorrendo uma diminuição da concentração de renda no Brasil, esse índice ainda é muito grande fazendo com que o Brasil permaneça entre um dos mais desiguais do mundo. Neste sentido é que se faz necessário que o Governo tome iniciativas para diminuir a concentração de renda (BARROS; FOGUEL e ULYSSEA, 2007).

Para essa averiguação será tomado como base o índice de Gini que nada mais é do que um dos “medidores” de concentração de renda. Quanto mais próximo de 0, menos desigual é o país e conseqüentemente, quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade, ou seja, a concentração.

A partir deste coeficiente, percebe-se uma clara redução na desigualdade de renda no Brasil. Se faz mister relatar que nos anos de 2007 e 2008 essa queda foi a maior dos últimos trinta anos. Isto é, o nível de concentração de renda no Brasil diminuiu consideravelmente de 0,563 em 2007 para 0,548 em 2008 (BARROS *et al.*, 2007).

Gráfico 4 – Evolução do Índice de Gini 2003 a 2009



Fonte: Elaboração própria. Dados da Pnad 2010.

Segundo dados da Pnad para os anos seguintes, constata-se a perpetuação dessa tendência declinante embora ocorra de forma menos acelerada devido à crise de 2008, onde inevitavelmente foi possível sentir os seus efeitos. De 2007 para 2008 a desigualdade caiu em torno de oito pontos percentuais, a maior já observada até 2009.

A perspectiva, segundo estudos do Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade- IETS é a de que o índice de Gini continuará caindo até 2015. Por meio desta pesquisa realizada pelo IETS viu- se que em 2004 os 20% mais ricos ganhavam 23 vezes mais do que os 20% mais pobres ao passo que, em 2015 esse percentual será reduzido para 15 vezes.

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) analisou, a partir dos dados do IBGE, a queda no índice de desigualdade de renda no Brasil e nas cinco grandes regiões brasileiras, a saber: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro- Oeste. De acordo com o estudo, a redução da desigualdade de renda no Brasil esteve em torno de 10% de 2000 a 2010, sendo que esse percentual variou entre as cinco grandes regiões brasileiras. Vejamos na Tabela 3:

Tabela 3 - Índice de Gini – Brasil e regiões 2000/2010

Brasil e Regiões	2000	Rank	2010	Rank	Variação%
Brasil	0, 597	-	0, 536	-	-10, 218
Norte	0, 598	3	0, 543	3	-9, 197
Nordeste	0, 612	2	0, 555	1	-9, 314
Sudeste	0, 575	4	0, 517	4	-10, 087

Sul	0,564	5	0,480	5	-14,894
Centro- oeste	0,621	1	0,547	4	-11,916

(Fonte: IPECE- Evolução entre a Desigualdade de renda de 2000 a 2010 no Ceará e nos Estados Brasileiros, 2011).

Como podemos observar nos dados, a região Sul apresenta o menor índice de desigualdade entre as grandes regiões brasileiras. O Centro- Oeste apresentou a segunda maior variação percentual em desigualdade. O Nordeste expôs em 2010 a menor variação, se configurando a região mais desigual do Brasil nesse período. Como será verificado subsequentemente, esse declínio se deu também na pobreza e extrema pobreza.

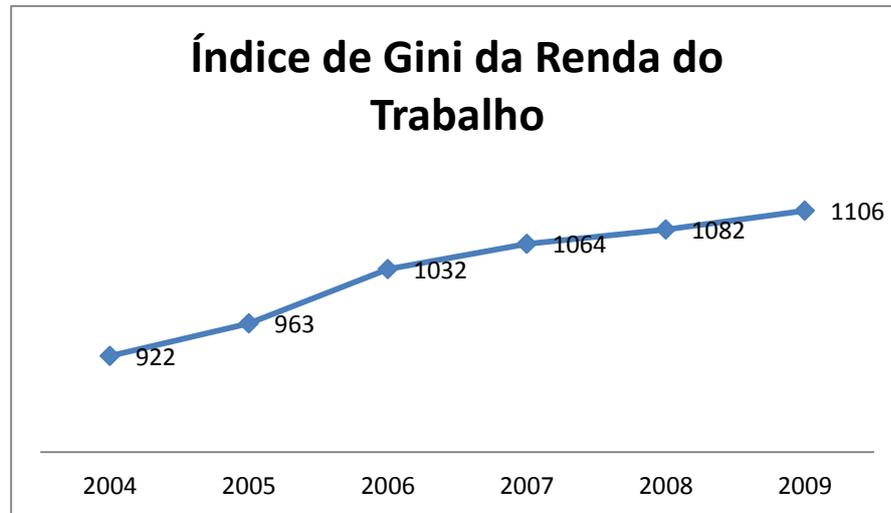
Barros *et al.*(2007, p.81) afirmam que o declínio na desigualdade de renda implica melhoria nas condições de vida dos que se encontram em pobreza e extrema pobreza. Acredita-se que em 2015 a extrema pobreza será erradicada. Isso se deve ao fato da grande rapidez com que se deu a queda nesses três itens. Evocam ainda, que embora o Brasil tenha dado passos na diminuição da desigualdade de renda, significa apenas um preâmbulo da longa trajetória a ser feita para obter maiores resultados.

É importante mostrar também como se deu o desenvolvimento da renda para as famílias brasileiras nos últimos anos. Por meio dos dados da Pnad - Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios de 2010, constata-se uma diminuição da discrepância que havia entre o que os pobres tinham como rendimento em relação aos ricos. Boa parte desse acréscimo na renda das famílias advém do trabalho, que por sua vez impacta de forma positiva na redução da desigualdade. Vejamos a seguir.

3.2 Rendimentos oriundos do Trabalho

O cálculo do rendimento obtido pelo trabalho é feito pelo IBGE, numa média mensal de todos os rendimentos obtidos por trabalho das pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Gráfico 5 - com valores do Gini do trabalho para o Brasil



Fonte: IBGE. Elaboração Própria

O gráfico 5 mostra a evolução do rendimento médio mensal do trabalho para os anos de 2004 a 2009 nas grandes regiões do Brasil. Percebemos que, embora o acréscimo ocorrido de 2008 para 2009 tenha sido menor do que o verificado nos anos anteriores, como é o caso de 2005 para 2006, onde o acréscimo foi de 7,2%, continua sendo positivo. Isso significou uma redução da desigualdade de renda, ou seja, do índice de Gini para o Brasil em termos de rendimento de trabalho para os anos em questão (PNAD, 2010).

É elementar mencionar que esses dados quanto à influência do trabalho no rendimento das famílias são importantes para a análise deste estudo, pelo fato de ser implicitamente esta variável uma das condições e focos do programa Bolsa Família. Como visto, a renda do trabalho contribui substancialmente para a diminuição da desigualdade de renda no Brasil. No entanto, é importante analisar outros fatores que também são importantes para esse declínio.

3.3 Determinantes da queda na Desigualdade com enfoque PBF

Barros, *et al.* (2007), Hoffmann (2006) atribuem a queda na desigualdade de renda não somente aos programas de transferência de renda. O maior determinante desse declínio é atribuído ao rendimento vindo do trabalho, incluindo salários e remuneração de trabalhadores por conta própria e empregados. É certo que as transferências têm dado sua contribuição nessa queda, porém não é o fator determinante.

“... parcela dessa diminuição da desigualdade pode ser atribuída aos programas oficiais de transferência de renda, como o Bolsa Família. A conclusão é que apenas 10 a 20% da redução da desigualdade pode ser associada a esses programas” (HOFMANN, 2006, p.1).

Muitos estudiosos dos impactos do Bolsa Família reconhecem a sua influência na queda da desigualdade de renda no Brasil. Utilizam de diferentes métodos para concluir seu impacto positivo (SERGEI, S. *et al.* 2010).

Tabela 4 - Impactos do Bolsa Família sobre a Desigualdade de 1995 a 2006

AUTORES	PERÍODO	IMPACTO ABSOLUTO	GINI %
Soares (2006)	1995-2004	-0,64	27
	2001-2004	-0,86	30
Hoffmann (2006)	1997-2004	-0,79	25
	2002-2004	-0,41	31
Soares <i>et al.</i> (2007)	1995-2004	-0,57	21
Soares <i>et al.</i> (2006)	1995-2004	-0,57	21
Barros, Carvalho e Franco (2007).	2001-2005	-0,32	12
Hoffmann (2010)	2001-2007	-0,80	19
Soares, Ribas e Soares (2009).	2004-2006	-0,20	21

Fonte: SERGEI, *et al.*(2010). Adaptação própria.

A tabela 4 mostra os resultados dos estudos realizados a respeito dos impactos do programa Bolsa Família na diminuição da desigualdade de renda no Brasil. O resultado mais significativo foi registrado no período de 2004 a 2006, um ano após a criação do Bolsa Família, impactando em 0,2 ponto de Gini significando uma queda de 21% na queda da desigualdade de renda (SERGEI, *et al.* 2010).

Embora o programa Bolsa Família pareça de pequena magnitude, a sua influência sobre a desigualdade é de grande importância. A principal causa desses bons resultados está na focalização do programa, ou seja, na capacidade e agilidade com que o governo faz chegar às mãos das famílias que realmente precisam do rendimento. De acordo com Serguei *et al*

(2010, p.41) “a principal razão de a renda transferida pelo Bolsa Família contribuir de modo tão desmesurado para a redução da desigualdade é a focalização”.

Outro aspecto a ser tratado neste trabalho é a questão da pobreza no Brasil e seus determinantes, focando, sobretudo o impacto que o programa Bolsa Família têm causado em sua redução.

4. POBREZA E OS EFEITOS DO PBF

4.1 Conceituando Pobreza

Conceituar pobreza é uma tarefa um tanto complexa por suas diversas e vastas conotações e, sobretudo, porque corre-se o risco de fazer juízo de valor diante da realidade que presenciamos todos os dias nas nossas praças, favelas, conglomerados, etc.

Todavia, o conceito de pobreza que utilizaremos neste trabalho está relacionado à negação das necessidades elementares para que o ser humano possa viver com dignidade. Tendo em vista que, “economias modernas e monetizadas” satisfazem suas necessidades através de trocas mercantis, é natural pensar que essas necessidades serão satisfeitas por intermédio de uma renda. Para tanto, é estabelecida, a partir da média de satisfação das necessidades, um valor monetário que seja associado ao custo de satisfazê-las, como é o caso da linha de pobreza.

“... Assim, pobres são aqueles com renda se situando abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade” (ROCHA, 2003, p. 13).

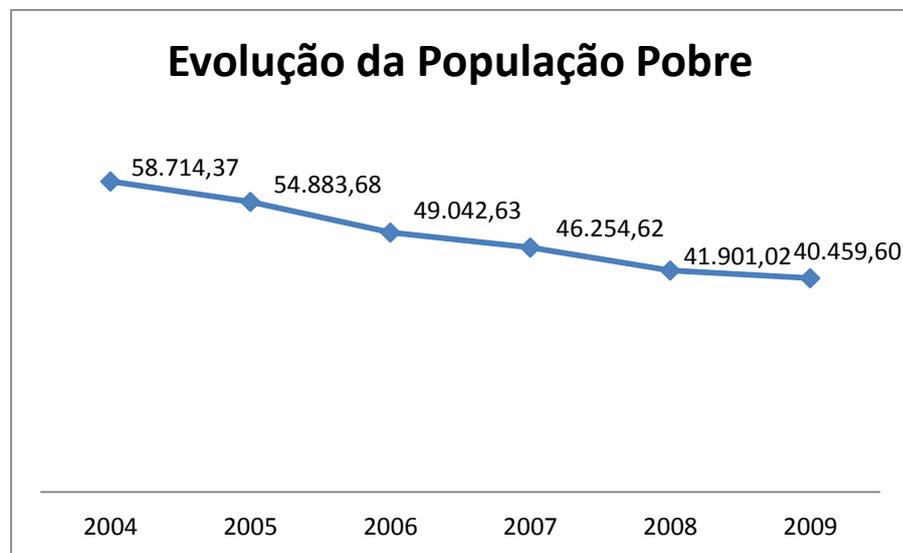
A este respeito, Lemos (2007) descreve as necessidades mínimas como: acesso à alimentação, serviços de saúde, educação, saneamento e água potável. O autor considera pobreza sob diferentes perspectivas, reafirmando a ideia de que os pobres são os indivíduos que têm rendimento abaixo da linha de pobreza.

Esta “linha” é a forma pela qual é medida a pobreza na qual se configura duas distintas formas de fazer esta aferição: pobreza absoluta e pobreza relativa. No caso do Brasil, R\$ 196,00 reais mensais per capita para a pobreza absoluta e R\$ 98,00 para a pobreza relativa dados do IETS.

A primeira está associada às questões de sobrevivência física, ou seja, a não satisfação das necessidades elementares dos indivíduos. A segunda se refere ao fato de delimitar um conjunto de indivíduos “relativamente pobres” em uma sociedade que o mínimo das necessidades já é atendido.

Segundo Sonia Rocha, em 2004, o Brasil tinha 58.714.377 pessoas em estado de pobreza. Em termos proporcionais, isso significa 0,3309% da população. Em 2009, esse número caiu para 40.459.599 num valor percentual de 0,2181%, a saber:

Gráfico 6 - Declínio da Pobreza



Fonte: Dados IETS – Sonia Rocha. Elaboração Própria.

O gráfico 6 mostra a diminuição da pobreza no Brasil nos anos de 2004 a 2009. Isso significa que em 2009 o Brasil tinha aproximadamente 20% de sua população em situação de pobreza.

Vejamos a pobreza a partir das cinco grandes regiões brasileiras em 2009:

Tabela 5 - Pobreza nas Cinco grandes regiões do Brasil

Brasil	Nº Pobres	Percentual %
Norte	3.840,641	0,2528
Nordeste	17.809,712	0,3356
Sudeste	13.705,219	0,1793
Sul	2.089,540	0,0769
Centro Oeste	3.014,487	0,2216

Fonte: Dados IETS – Sonia Rocha. Elaboração Própria.

Das cinco grandes regiões, o Nordeste apresenta o maior número de pessoas vivendo em situação de pobreza, aproximadamente 17 milhões de nordestinos. Em termos percentuais, isso equivale a 0,3356% da população da região. A região Sul é a que apresenta o menor número de pobres em 2009 com 2.089,540 pobres, 0,0769% da população em estado de pobreza.

Em se tratando de pobreza no Brasil, Osório (2011) destaca que no período de 2004 a 2009, a parcela da população brasileira vivendo com menos de um salário mínimo *per capita* diminuiu de 71% para 58%. Mesmo assim o número de pobres chegou a quase 18 milhões em 2009. A saber: 9,4% da população brasileira.

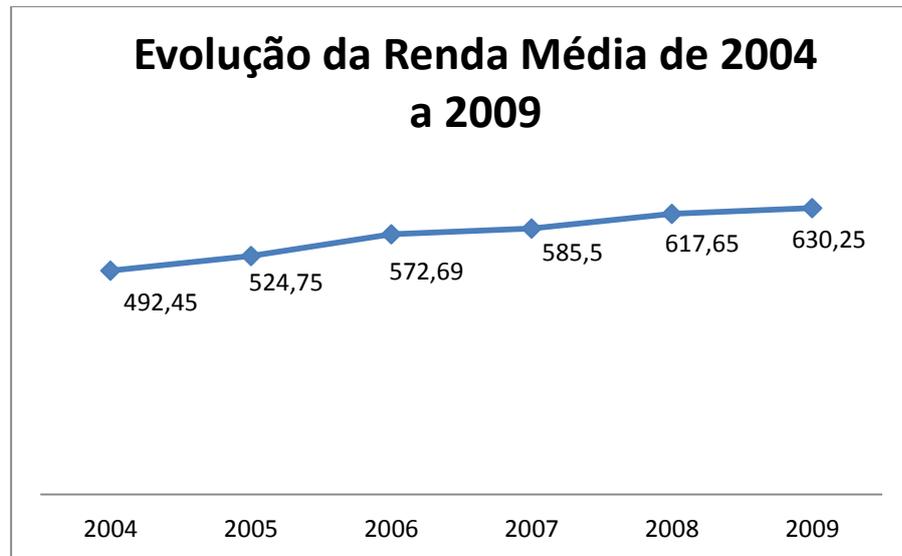
Ainda neste período, cerca de 26,6 milhões de brasileiros saíram da pobreza e da situação de vulnerabilidade à pobreza. Um dos fatores que contribuíram para esse fato foi o Bolsa Família que neste período estendeu sua cobertura para 40 milhões de pessoas ou 9 milhões de famílias. O gasto com o Bolsa Família aumentou significativamente, contribuindo para aumentar a renda das famílias e conseqüentemente diminuir a pobreza. O impacto do aumento na renda na redução da pobreza será abordado a seguir.

4.2 Aumentos da Renda como determinante da Redução da Pobreza

Levando em consideração a renda como fator de fundamental importância na redução da pobreza, observa-se que o aumento da renda engendra uma diminuição nos níveis de pobreza. Ao expandir a sua renda, as famílias terão maiores condições de acesso à alimentação, moradia, educação e saúde que são direitos básicos para que interrompam o ciclo de pobreza.

Em análise, o aumento do rendimento mensal domiciliar no Brasil nos anos de 2004 a 2009: Segundo os dados a renda média do Brasil aumentou significativamente. Em 2004 se encontrava em torno de R\$ 492,45 atingindo em 2009 o valor total de R\$630,25.

Gráfico 7 - Evolução da Renda média



Fonte: Dados A nova Classe Média. Elaboração Própria.

Essa evolução na renda implica uma melhora, pelo menos em termos quantitativos na vida dos pobres, já que ocorre uma relação inversa entre a renda e a pobreza. Ou seja, quanto mais significativos os aumentos na renda, menores serão os índices de pobreza (IETS, 2012).

Colaborando com a análise na qual a pobreza é vista apenas como sinônimo de insuficiência de renda, Barros *et al.* (2007) salienta que só acontecerá uma redução da pobreza se houver um aumento na renda. E que essa redução só se dará por duas vias: crescimento econômico balanceado e redução no grau de desigualdade.

Reduções na pobreza ocorrem apenas quando a renda dos mais pobres aumenta, e existem dois instrumentos polares capazes de produzir esse efeito. O primeiro é o crescimento econômico balanceado, que eleva igualmente a renda de todos os grupos. O segundo é a redução no grau de desigualdade, o que eleva a fatia da renda total apropriada pelos mais pobres e, dessa forma aumenta-lhes a renda mesmo na ausência de crescimento econômico (BARROS *et al.*, p. 91, 2007).

Portanto, o primeiro instrumento fará com que a renda dos mais pobres seguidas da dos mais ricos, cresça conjuntamente. E o segundo instrumento possibilitará certo grau de aceleração da renda dos mais pobres com relação à dos mais ricos, que por sua vez, terá uma tendência declinante. “O ideal é poder contar ao máximo com os dois instrumentos: o

crescimento incrementa a renda de todos, enquanto reduções no grau de desigualdade garantem que a renda dos mais pobres aumente mais rapidamente que a dos ricos” (BARROS *et al.* 2007, p. 91).

O fato é que, embora a condição das famílias em situação de pobreza tenha melhorado pelo aumento da renda, a magnitude dessa renda deve ser ampliada, se o objetivo é combater a pobreza. No caso da pobreza, a renda deveria ser aumentada em 14,5% e no caso da extrema pobreza, o incremento se configuraria em 22% na renda de todas as famílias. Isso sendo levada em conta apenas uma combinação entre crescimento e redução nas desigualdades (BARROS *et al.*, 2007).

4.3 Bolsa Família na redução da Pobreza

A literatura a seguir mostra que os impactos do Bolsa Família sobre a pobreza é muito pequeno, devido não a problemas de cunho focalizado, mas ao baixo valor dos benefícios (SOARES e SÁTYRO, 2010).

Sua redução, embora não tão significativa quanto à ocorrida na desigualdade de renda, se deve não somente a programas sociais, mas a uma combinação de crescimento econômico combinado com inserção no mercado de trabalho, aumentos dos salários mínimos e expansão dos programas de transferência de renda.

... As principais mudanças no perfil da pobreza brasileira no período 2004 a 2009 decorrem: do crescimento econômico com distribuição via inclusão no mercado de trabalho; dos aumentos reais do salário mínimo, que levaram a quase erradicação da pobreza extrema e até da pobreza entre famílias com idosos; da expansão da cobertura e do valor das transferências focalizadas de renda, que foram, para várias famílias com alguma renda do trabalho, a via de escape da extrema pobreza ou pobreza (OSORIO *et al.*, p. 6. 2011).

Neste sentido, Soares (2012) argumenta que, os impactos do Bolsa Família são pequenos na diminuição da pobreza.

Afirma que, “O impacto do programa sobre a pobreza (proporção de pobres), no entanto, tem sido modesto... Apenas 8% da redução da pobreza pode ser atribuído aos benefícios do Bolsa Família”.

Tabela 6 - Impacto do Bolsa Família sobre a pobreza

Efeito/ Medida	Porcentagem	Hiato	Severidade
Com Bolsa Família	21,7%	9,4%	5,9%
Sem Bolsa Família	20,0%	7,8%	4,6%
Redução Absoluta (p.p)	1,64	1,68	1,30
Redução Percentual	8%	18%	22%

Fonte: Soares (2012)

Tendo como base a linha de pobreza do Programa Bolsa Família no valor de R\$ 140,00 mensais *per capita*, a tabela 6 mostra que o Programa Bolsa Família reduz a pobreza, em termos de porcentagem, em apenas 8%, passando de 21,7% para 20,0% da população. Em contrapartida o hiato de pobreza é reduzido em 18%, de 9,4% para 7,8%. A severidade cai de 5.9% para 4,6%.

Neste sentido, podemos concluir que, embora a participação do Bolsa Família na diminuição da pobreza tenha sido “pouco impactante”, é notória a sua importância na diminuição do número de pobres no Brasil. É certo que, sem os programas de transferência de renda, nesse caso, o Bolsa Família, as famílias estariam em pior situação.

Os benefícios do programa Bolsa Família, vinculados à presença de crianças e jovens foram, para várias famílias, a complementação certa para que escapassem da extrema pobreza ou da pobreza, situações nas quais permaneceriam se tivessem que contar apenas com a renda de seus membros ativos (OSORIO, p. 49, 2011).

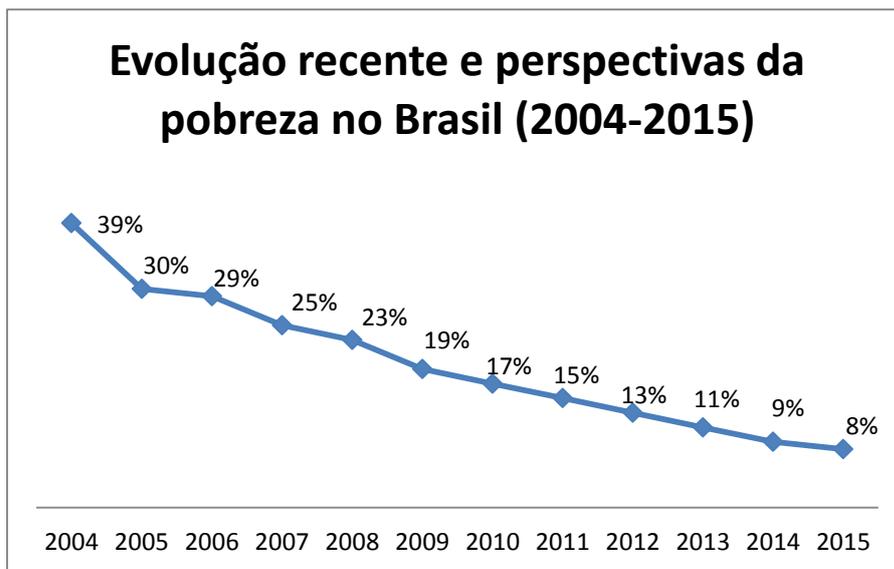
Logo, o Programa Bolsa Família não é o principal fator de determinação da diminuição na pobreza, mas tem sua parcela de contribuição e é um dos instrumentos que auxilia as famílias na satisfação do mínimo necessário à sobrevivência.

A partir disso, surge o questionamento sobre a sustentabilidade do declínio do índice de pobreza no Brasil. O IETS prevê até 2015 que, tanto a desigualdade de renda quanto a pobreza e pobreza extrema irão continuar em declínio. Vejamos na subseção seguinte.

4.4 Perspectivas futuras para a pobreza no Brasil

Segundo previsões do IETS a pobreza no Brasil continuará em queda, sobretudo pelo ritmo acelerado com que vem caindo esse índice nos últimos tempos. Vejamos o declínio da pobreza para o Brasil em percentual de 2004, com projeção para 2015. A previsão é que em 2015, a pobreza no país não chegue a 10% da população.

Gráfico 8 - Projeção da Pobreza para 2015



Fonte: IETS. Adaptação Própria.

Diante da avaliação recente dos níveis de pobreza e das projeções, fica claro que a pobreza no Brasil tem tomado rumos bastante positivos em se tratando de sua erradicação. Para tanto se faz necessário continuar voltando-se para este fim melhorando e aperfeiçoando o programa.

5 IMPLICAÇÕES DO PBF NA EXTREMA POBREZA

Nesta seção trataremos do Programa Bolsa Família como fator de significativas implicações em educação, saúde e em trabalho, ou seja, seus efeitos positivos nas áreas condicionais do programa. Faz-se necessário mencionar estes efeitos pelo fato de serem variáveis de grande influência quando se fala em melhoria de vida das pessoas.

Neste sentido poderíamos concluir que se há realmente resultados positivos do PBF nestas variáveis, ocorre conseqüentemente diminuição da pobreza e pobreza extrema.

Dessa forma chegamos ao ponto objetivo deste trabalho, em que avaliaremos o impacto do PBF na diminuição da pobreza extrema, tomando com pressuposto, evoluções positivas quanto às condicionalidades do Programa.

Antes de explorarmos os efeitos do PBF na extrema pobreza e nas condicionalidades do mesmo, faremos uma breve revisão a respeito dos conceitos, situação atual e perspectivas futuras que envolvem o tema, extrema pobreza no Brasil.

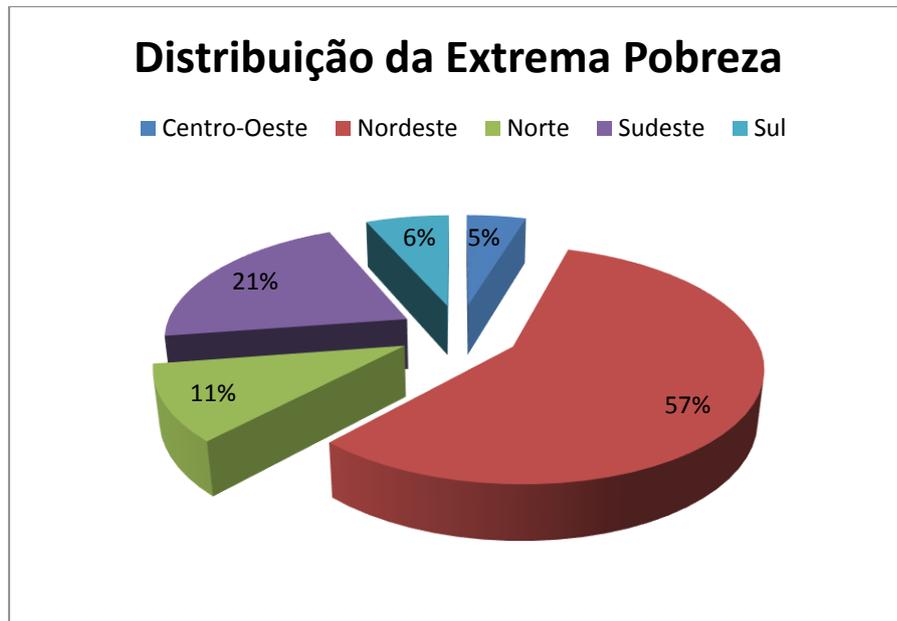
5.1 Conceito e análises a cerca da Extrema Pobreza

A partir do MDS entendem-se como extremamente pobres as pessoas que sobrevivem com até R\$ 70,00 reais mensais. Esse é o valor estipulado pelo governo para que as famílias se enquadrem nos benefícios do Programa Bolsa Família. Estes receberão valores adicionais pra saírem da situação de extrema pobreza.

O Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP) subentende como extremamente pobres aquelas pessoas que vivem com menos de 1/8 do salário mínimo, ou seja, com cerca de R\$ 58, 13 reais mensais (SANTOS; MANSO; MARINO, 2009).

Tomando como base essa espécie de “linha da extrema pobreza”, os autores perceberam que ao subdividi-la para as grandes regiões brasileiras, a nordeste foi aquela que apresentou o maior número de pessoas que viviam na extrema pobreza, pelo menos até 2009. A região possuía 57,3% da população vivendo com menos de R\$ 58,00 reais por mês. O que equivale a mais ou menos R\$ 1, 93 centavos ao dia.

Gráfico 9 - Distribuição da Extrema Pobreza por regiões no Brasil



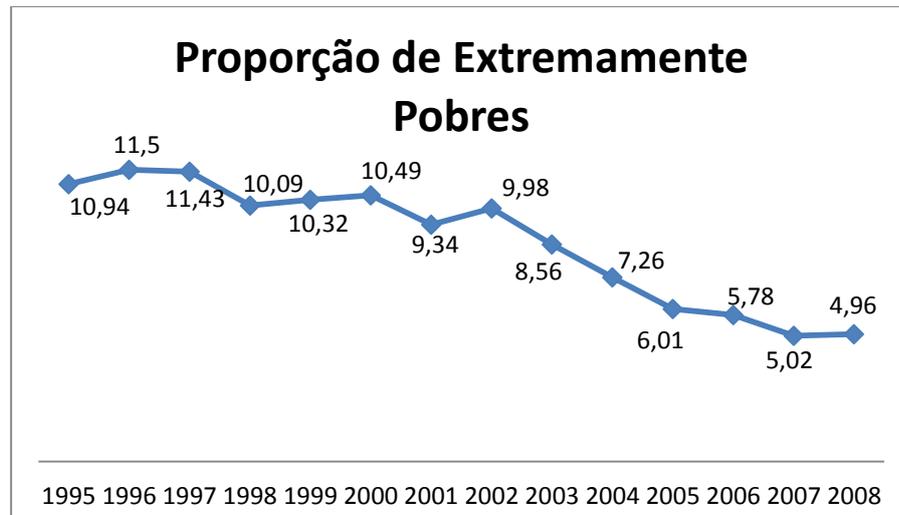
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do LEP/ PNAD/IBGE.

O gráfico 9 mostra como se distribui a extrema pobreza nas cinco grandes regiões brasileiras. Percebemos que a região Nordeste é a que apresenta o maior número percentual de pessoas extremamente pobres representado em, aproximadamente 57% da população. Isso equivale a 5.764.734 milhões da população brasileira. A região Sudeste vem logo em seguida com 21%, cerca de 2 milhões de pessoas. O Centro- Oeste é a região que tem o menor índice de pessoas em extrema pobreza em torno de 5%. É importante lembrar que são dados em proporção.

Em 2009, a população brasileira se concentrava em torno de 191.795.629 milhões de pessoas. Os dados mostram que 5,25% da população brasileira viviam em 2009 em situação de extrema pobreza. Ou seja, aproximadamente 10.061.536 da população sobrevivia com renda per capita menor que 1/8 do salário mínimo, a saber, R\$ 58,13.

No gráfico que se segue apresentaremos a evolução da pobreza extrema no Brasil nos anos de 1995 a 2008, sendo observado no mesmo uma tendência significativamente declinante.

Gráfico 10 - Evolução da Extrema pobreza no Brasil – 1995 a 2009



Fonte: Dados IPEA. Elaboração Própria.

Segundo o IPEA, em 2009 aproximadamente 9,47 milhões de brasileiros viviam em extrema pobreza. Isso significa em termos percentuais 5,3% da população sobrevivendo com uma renda de R\$ 67,00 reais mensais por pessoa, valor ajustado para linha de extrema pobreza em setembro de 2009.

Vale lembrar que boa parte dessas pessoas vive na zona rural, onde embora correspondesse em 2009 a somente 15% da população total do Brasil, possui mais de 35% desse total vivendo com menos de R\$ 58.00 reais por mês.

Santos, Manso e Marino chegam à conclusão de que a maior parte das pessoas que vivem em extrema pobreza se concentra na zona rural e de modo incisivo na região Nordeste. E ainda, que esse alto índice incide, sobretudo nos mais jovens. Salientam a importância desse dado quanto aos jovens por ser um “perpetuador da extrema pobreza” por décadas futuras. Como era de se esperar, os indivíduos em extrema pobreza tem baixa escolaridade, compreendendo que 75% têm menos de nove anos de estudo.

Tendo em vista que a miséria assume diferentes rostos variando conforme a realidade local, de forma que no campo é uma e na cidade é outra, o Governo Federal através da Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza (SESEP) vêm adotando medidas que se fundamentam em garantia de renda (Programa Bolsa Família), inclusão produtiva (catadores de material reciclável, mega feirão de emprego, mulheres mil...) e acesso a serviços públicos (programa mais educação), possibilitando que cerca de 16 milhões de brasileiros saiam da situação de extrema pobreza e sejam inseridos na sociedade de modo

mais equitativo. É importante citar que na visão do Governo Federal, extremamente pobres são aquelas famílias com renda per capita inferior a R\$ 70,00 reais mensais.

A este respeito declara o secretário da SESEP Tiago Falcão:

O Brasil sem miséria terá ações nacionais e regionais, baseadas em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acessos a serviços públicos. No campo, o objetivo central será aumentar a produção dos agricultores. Na cidade, qualificar a mão de obra e identificar oportunidades de geração de trabalho de renda para os mais pobres. Simultaneamente o Plano Brasil sem Miséria vai garantir maior acesso da população mais pobre à água, luz, saúde, educação e moradia (BRASIL/ MDS).

Portanto, com um plano diferenciado para cada realidade local, o MDS por meio do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), fará com que essas 16 milhões de pessoas tenham acesso a uma vida digna e a cidadania. Dados para o ano de 2003.

Constitui-se, dessa forma, o principal objetivo do BSM: retirar da extrema pobreza 16 milhões de brasileiros.

O plano Brasil Sem Miséria articula e mobiliza esforços do governo federal, dos estados e municípios em torno da mais importante meta do atual governo: retirar da extrema pobreza, nos próximos anos, os 16 milhões de brasileiros com renda familiar inferior a R\$70,00 reais por pessoa (INFORMES GESTORES N° 271).

Aqui cabe mencionar a importância do segundo eixo para superação da extrema pobreza, já que o mesmo se refere à garantia de renda mínima vinculado ao Bolsa Família, objeto de estudo deste trabalho e principal ferramenta do governo para a erradicação da pobreza extrema. A seguir trataremos do PBF e seus impactos sobre a pobreza extrema.

5.2 Bolsa Família e Implicações na extrema pobreza

O Programa Bolsa Família é um dos meios pelo qual o Governo Federal junto ao MDS e ao plano Brasil Sem Miséria (BSM) objetivam diminuir a extrema pobreza no Brasil. Através do BSM, o Bolsa Família adotou algumas medidas para retirar as famílias da extrema pobreza das quais se destacam a inclusão em 2011 de aproximadamente 800 mil famílias que se enquadram nos requisitos do Bolsa Família, mas que até então não recebiam o benefício; o valor das famílias beneficiárias foi ampliado aumentando de três para cinco o número dos benefícios variáveis que cada família pode receber. Com essa alteração cerca de 1,3 milhão de crianças e adolescentes foram acrescentados ao PBF (Informes Gestores N° 298).

Osório, Soares e Souza (2011), argumentam que o empenho do Brasil em erradicar a pobreza tem sido intenso desde 2003, quando nesta ocasião foi implantado o Programa Bolsa família. Dessa forma, objetiva-se retirar da extrema pobreza, 9 milhões de brasileiros. Asseguram que as principais causas da redução da extrema pobreza se deve aos programas de transferência de renda focalizados, ou seja, ao PBF.

Durante os últimos 15 anos, o Brasil implantou e desenvolveu uma estrutura de transferência de recursos para as famílias mais pobres que é eficaz, eficiente e relativamente efetiva. Tal construção se acelerou a partir de 2003, quando a estrutura foi reorganizada sobre os pilares do PBF e do cadastro único (OSÓRIO; SOARES E SOUZA, 2011).

Os efeitos do PBF na diminuição dos extremamente pobres são claros, embora não tão abrangentes e significativos quanto poderia ser. Sabe-se que, é inegável e fundamental na vida das famílias o subsídio dado pelo programa. O fato é que os valores transferidos, apesar de aliviar a extrema pobreza, não são decisivos para que as famílias cruzem a linha da extrema pobreza.

A questão é que a linha de elegibilidade do programa é per capita e os valores transferidos não. Ou seja, as famílias com renda mínima per capita inferior a R\$ 70,00 reais (dados atualizados em 2010), são consideradas extremamente pobres e recebem o benefício, sendo que esse valor não é transferido para cada membro da família, mas somente para alguns, como os jovens, adolescentes ou crianças não podendo ultrapassar um número determinado. Desse modo, para que esse problema seja resolvido, se faz necessário transferir valores per capita independentes da composição ou do tamanho familiar.

Outro dado importante quanto à eficácia do PBF é que uma parcela da população que deveria receber os valores nem se quer são cadastrados no programa (erros de exclusão). O PBF é o programa com maior alcance às famílias, ou seja, é bem focalizado, o cadastro é de boa qualidade embora quanto ao cadastramento haja algumas falhas que precisam ser corrigidas. Para solucionar o problema da exclusão são necessários empenhos não só do governo federal, mas, sobretudo dos municípios que estão de certa forma mais próximos dos que ainda não são cadastrados.

É importante citar que o problema da exclusão é o de maior dificuldade em solucionar, porque não depende simplesmente de aumentos na renda como é o caso do

primeiro obstáculo. É uma questão política, administrativa, de recursos humanos e de engajamento e mobilização social. A saber:

Para minimizar o erro de exclusão não é só uma questão de recursos orçamentários, mas também política, administrativa, de recursos humanos, e de mobilização e engajamento social. Buscar ativamente a população extremamente pobre e cadastrá-la é uma tarefa que depende não só do governo federal, mas também dos municípios. O êxito do cadastramento depende principalmente do empenho dessas esferas do governo, mas pode ser maior na presença de cobrança e de participação da sociedade civil e também dos governos estaduais (OSÓRIO; SOARES E SOUZA, 2011).

São dois, portanto, os “problemas” a serem enfrentados para que a pobreza extrema seja erradicada. Tal enfrentamento é visto com bons olhos, pois, o primeiro, por exemplo, necessitaria de aumentar o valor dos benefícios e quanto aos erros de inclusão poderia ser resolvido com o monitoramento e aperfeiçoamento do cadastro. Com a resolução destes obstáculos é credível que a extrema pobreza seja erradicada. Considera-se este último o obstáculo de maior dificuldade para resolver ressalta Osório, Soares e Souza, (2011).

Desse modo é notória a importância do PBF na erradicação da extrema pobreza no Brasil. Vale lembrar que, para tanto, devem ser tomadas medidas diretas de enfrentamento dos obstáculos que impedem uma maior eficiência na execução do programa. O PBF é dessa forma uma das ferramentas com maior proximidade, e condições de acesso às famílias que estão à margem da sociedade. É necessário, portanto que as medidas se voltem para combater os dois maiores problemas do programa:

- ✓ Baixos valores transferidos;
- ✓ Erros de exclusão.

Obviamente essas políticas requerem custos para sua execução. No caso da extrema pobreza, tratam-se dos dispêndios para a erradicação. A este respeito trataremos no ponto seguinte.

5.3 Custos para extinção da extrema pobreza

Para que seja erradicada a extrema pobreza, considera-se a necessidade de transferir mensalmente recursos financeiros às famílias. Isso levando em consideração uma linha de pobreza de $\frac{1}{2}$ do salário mínimo. No caso do Nordeste o dispêndio deve ser de R\$

166 milhões. Em âmbito nacional esse valor deve corresponder a R\$ 340 milhões (SANTOS; MANSO; MARINO, 2009).

Osório, Soares e Souza (2011) argumentam que os custos são altos pela dificuldade em “achar cada pobre, medir a sua renda uma vez por mês e lhe dar exatamente a quantia necessária para sair da pobreza.”

Outro ponto importante é que embora os erros de inclusão sejam considerados externalidades positivas, ao tentar resolver o problema da exclusão automaticamente aumentam os erros de inclusão e isso acaba por criar outros dois problemas para o PBF, um de cunho orçamentário e o outro de cunho político.

O primeiro é claro ao perceber que a execução do Programa se torna mais caro quando considerados os erros de inclusão, já que não estamos em um mundo ideal onde não haja erros. O segundo é a questão política, ocorre quando há vazamentos de informações em que determinados políticos ricos são beneficiados com o programa. Esses vazamentos acabam causando indignação na sociedade, o que torna o PBF alvo de grandes críticas.

Os autores concluem que ao levar em consideração uma linha de extrema pobreza de R\$ 68,00 reais per capita acreditam que mesmo considerando erros de exclusão (onde famílias que se enquadram no perfil de beneficiários do PBF nem se quer são cadastrados para receber o benefício), a extrema pobreza será extinta com um investimento de R\$ 14 bilhões a mais do que o que foi gasto pelo governo em 2009, 0,45% do PIB.

A este ponto caberia um questionamento: o PBF, embora com limitações, é um fator determinante no combate pobreza e a extrema pobreza, em que aspectos da vida das pessoas essas melhorias podem ser observadas?

Soares e Oliveira intensificam: “... a transferência ameniza a pobreza hoje e a condição faz com que as famílias andem na trilha da sua superação futura. No entanto, para que tudo isso faça sentido, é preciso que as condicionalidades funcionem.” (SOARES e OLIVEIRA, 2013).

Certificados de que o PBF procura, a curto prazo, ampliar o atendimento escolar, cuidados com a saúde primária, se faz importante delinear um breve cenário em torno das condicionalidades que envolvem o PBF e que compõe a vida dos indivíduos, ou seja os seus efeitos na educação, saúde, trabalho infantil, mortalidade infantil, alimentação, etc.

5.4 Efeitos do PBF na Educação

Soares e Oliveira (2013) ao analisarem os possíveis impactos do PBF sobre indicadores educacionais como, frequência e repetição escolar, argumentam que os beneficiários do programa Bolsa Família têm um percentual de repetição escolar menor do que os que não recebem o benefício do programa.

Os alunos que recebem os valores do PBF têm 11% menos chances de repetir o ano do que aqueles que não recebem os valores. Quando se refere à frequência escolar os efeitos ou impactos do PBF conclui-se que aqueles estudantes que cumprem a condicionalidade de frequentar a escola têm 40% menos chance repetir o ano do que aqueles que não cumprem com essa condição.

Esse argumento quanto aos impactos positivos do PBF sobre a frequência escolar é sustentado por Cacciamali, Tatei e Batista (2010) quando reforçam que o programa é eficiente em alcançar um dos seus maiores objetivos, que é elevar o atendimento escolar das crianças. E ainda, embora haja positividade no impacto é necessário ampliações e melhorias no serviço escolar dando oportunidade também aos pais de se capacitarem para romper o ciclo da pobreza.

Levando em consideração os anos de 2004 e 2006 Santos *et al.*, 2008 sinalizam que o PBF tem impacto positivo na frequência escolar independente de raça, cor ou condição do domicílio.

As evidências apontam que o a frequência escolar no Brasil tem melhorado significativamente. Segundo dados de 2011 do IBGE, vemos que 77,4% das crianças com idade entre 04 a 05 anos de idade frequentam a escola, 98% delas com idade entre 06 a 14 anos e 83,7% está em torno de 15 e 17 anos de idade. Esse dado é importante para o PBF já que está dentro da idade prevista para participar do programa.

5.5 Efeitos do PBF na Saúde

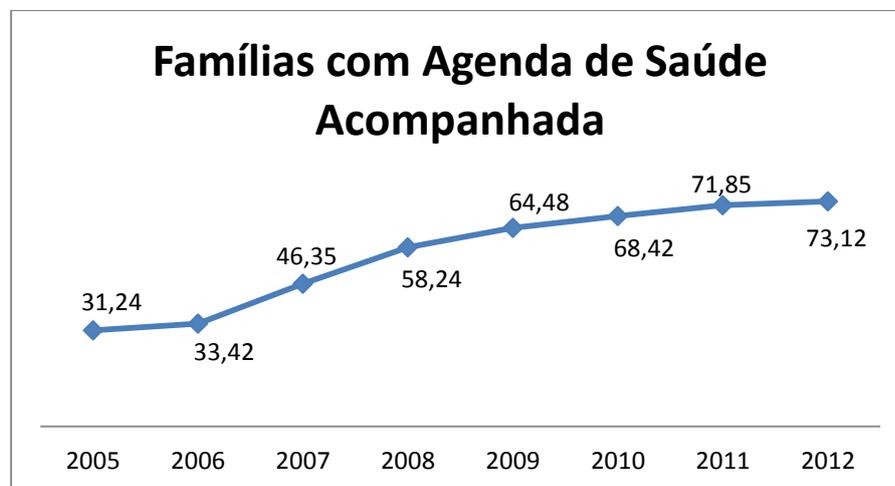
A literatura mostra numa contribuição positiva do PBF sobre a saúde. Isso pode ser visto após verificarmos os seus efeitos sobre pré- natal, desnutrição, vacinação. Souza e Quiroga (2012) afirmam que o PBF impacta de forma positiva nas gestações onde se observa uma diminuição nos partos pré- maturo. Ao comparar as famílias beneficiárias com as não beneficiárias, constatou-se que a quantidade de crianças nascidas no tempo, ou seja, entre a 37

e 41 semanas de gestação foi 14% a mais, é maior entre as famílias que recebem o benefício. Perceberam também que a taxa de desnutrição entre as crianças que recebem o benefício é menor do que a taxa de crianças que não recebem o Bolsa Família.

Quanto à vacinação, os efeitos são também positivos considerando as famílias que são contempladas com o PBF. Isso pode ser observado ao verificar o alto índice de vacinação contra poliomielite, por exemplo. A proporção das crianças que recebem o benefício é maior do que as que não recebem. Outras prevenções podem ser vistas em se tratando do tétano, difteria, coqueluche, todas com um índice maior para as crianças beneficiárias.

É importante mencionar o monitoramento que é feito às famílias que são beneficiárias do PBF. As famílias devem manter o calendário de vacinação em dia, as mães fazerem o pré-natal, dentre outras obrigações. A realidade é que o acompanhamento às famílias quanto ao cumprimento dessas condições tem se tornado cada vez maior, tornando-o mais eficiente, uma vez que obriga as famílias a buscarem o seu bem estar através da saúde.

Gráfico 11 - Famílias com Agenda de saúde Acompanhada



Fonte: Dados MDS (2013) Elaboração Própria.

O gráfico 11 mostra em termos proporcionais, como se dá o processo de acompanhamento das crianças beneficiárias ao sistema de saúde. Percebemos, por meio dos dados que o mesmo se deu de forma ascendente e, portanto, positiva. Ou seja, 72,12% das famílias beneficiadas com o PBF são “monitoradas” para que elas também cumpram suas obrigações e contribuam para a eficiência ou eficácia do PBF.

5.6 Mortalidade e Trabalho Infantil

Em nota ao MDS, Nascimento (2013) relata por meio de uma pesquisa publicada pela revista inglesa *The Lancet*, os efeitos do PBF sobre a mortalidade infantil de crianças com até 05 anos de idade, enfatizando uma queda neste índice de 17% no período de 2004 a 2009. Verificou-se que ao relacionar a causa da queda da mortalidade infantil à segurança alimentar o declínio é ainda maior: “o programa foi responsável direto pela diminuição de 65% das mortes e por 53% das mortes causadas por diarreia”. Ou seja, ao receberem o benefício do PBF as famílias o gastam, sobretudo com a aquisição de alimentos, o que diminui as mortes das crianças causadas pela fome.

Vale lembrar que os efeitos do PBF sobre o consumo de alimentos é bastante elevado. Estima-se que mais de 80% do que é recebido pelo programa é gasto com alimentação. O restante é despendido com vestuário, material escolar, etc. (Duarte; Sampaio e Sampaio, 2009).

Nota-se que o PBF também contribui para a diminuição da mortalidade infantil quando esta é causada por infecções respiratórias já que é condição do programa que as famílias mantenham seus filhos prevenidos de doenças e, portanto se faz necessário certo controle tendo que levá-los aos postos de saúde para serem atendidos.

O fato é que o Bolsa Família tem contribuído para a saúde dos beneficiários dentre outros motivos, pelo simples fato de obrigar as famílias a se dirigirem ao atendimento de saúde.

Colaboram para com esta conclusão Cacciamali; Tatei e Batista (2010), afirmando que os programas de transferência de renda são importantes para aliviar questões de curto prazo, como no atendimento aos pobres, elevar a frequência escolar e elevar a assiduidade médica. No entanto, ao conferir os efeitos sobre problemas como o trabalho infantil, estes programas necessitam de aperfeiçoamento, sobretudo, na oferta de serviços como saúde e educação de qualidade (efeitos de longo prazo), sem os quais o programa não é eficaz no combate ao trabalho infantil.

Até 2010 a população brasileira com idade entre 05 e 15 anos, ou seja, crianças e adolescentes era de 37,9 milhões, desses 2,7 milhões, em média 7% da população nessa faixa etária, exerciam algum tipo de trabalho. A questão é que se trata de famílias muito pobres que veem a necessidade de sobrevivência na empregabilidade de todos ou de quanto possível da família para completar o sustento.

Cacciamali; Tatei e Batista (2010) constatam que, as famílias que recebem o benefício do PBF aumentam a incidência de trabalho infantil. De modo geral são famílias extremamente pobres que se concentram em áreas rurais de difícil acesso à escola, o que favorece a incidência do trabalho infantil. Este é um dado a ser considerado embora o PBF não tenha como objetivo a diminuição do trabalho infantil. Justifica-se essa tendência pela necessidade de sobrevivência da família.

O Programa Bolsa Família é incapaz de reduzir a incidência de trabalho infantil, fenômeno perverso intrinsecamente relacionado com o menor atendimento escolar entre crianças de famílias pobres. Ressaltamos que o combate ao trabalho infantil não é uma das metas do programa, apesar de se tratar de um fenômeno intrínseco a baixa renda das famílias (CACCIAMALI; TATEI e BATISTA, 2010).

Os autores propõem, para provocar um efeito maior sobre o trabalho infantil, aquilo que já orienta o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), promover atividades extracurriculares (reforço escolar, atividades culturais, incentivo ao esporte...) para as crianças evitando a ociosidade, e diminuindo as chances de trabalho. Faz-se necessários também, investimentos em serviços educacionais e de saúde, capacitação e oferta de trabalho para os pais, aumentar investimentos em capital humano para romper com o ciclo da pobreza.

Após termos feito toda essa análise a cerca do Programa Bolsa Família e seus feitos sobre a desigualdade de renda, pobreza, extrema pobreza, saúde, educação, mortalidade infantil, enfim nas diversas esferas que envolvem e, de certo modo, intrigam a sociedade, poderíamos concluir que, embora ainda haja muito que se fazer para resolver estes problemas o PBF é um instrumento de significado sublime, em se tratando da amenização desses obstáculos. Para tanto é primordial continuar o processo de aperfeiçoamento, melhorias para que sejam erradicadas a pobreza e a pobreza extrema no meio social brasileiro.

Colaborando com este pensamento afirmam Silva e Tavares (2010):

“O problema da fome não pode ser considerado ainda resolvido no Brasil. É preciso reforçar as ações nas regiões onde a situação é mais grave (regiões Norte e Nordeste) e que, para isso, é importante manter o PBF, aperfeiçoando o programa e sua integração com as outras ações do Fome Zero e outras estratégias, como os territórios de cidadania, para que as famílias beneficiadas pelo PBF possam, no futuro, garantir seu próprio sustento.”

Portanto, o problema da pobreza no Brasil e no Mundo, assim como tantos outros problemas a serem encarados pela sociedade, se dá de forma dinâmica e contínua, fazendo-se

necessário o incentivo a políticas que venham amenizar tais questões. E mais, essas políticas carecem de contínuo aprimoramento que se dê de forma mais acelerada do que o agravamento da pobreza.

Independentemente das possíveis falhas que o PBF possa ter e dos desafios a serem enfrentados fica claro o papel fundamental deste programa na erradicação da pobreza, pobreza extrema e desigualdade de renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que o Programa Bolsa Família é um instrumento pertinente na diminuição da desigualdade, pobreza e tem potencial para erradicar a pobreza extrema desde que sejam amenizadas questões como os baixos valores transferidos e os erros de inclusão. Dessa forma, são necessárias melhorias no programa e investimentos em outras áreas como educação e trabalho, que influenciam diretamente no aumento da renda dos indivíduos e, conseqüentemente, atenuam a desigualdade de renda, pobreza e pobreza extrema.

Apesar dos altos índices de concentração que ainda se encontra o Brasil há de se considerar uma significativa diminuição no índice de Gini ocorrida de 2003 a 2008. A estimativa é que até 2015 continue em declínio. Em 2004 observou-se que 20% dos mais ricos ganhavam 23 vezes mais do que os 20% mais pobres ao passo que em 2015 cairá para 15 vezes.

Quanto a influencia do PBF nessa diminuição, constatamos que o mesmo tem grande influencia, porém o fator determinante para o declínio no índice de Gini são os rendimentos oriundos do trabalho (salários, remuneração de trabalhadores por conta própria e empregados).

Embora os níveis de pobreza tenham declinado de 2003 a 2009, foram menos perceptíveis do que o ocorrido na desigualdade. A contribuição do PBF sobre a pobreza ajudou nessa queda, não sendo, portanto, o fator determinante. Observamos que além da expansão dos programas de transferência de renda, o que mais influenciou na diminuição da pobreza foram combinações entre crescimento econômico e mercado de trabalho e aumentos do salário mínimo.

Quanto à pobreza extrema, chegamos à conclusão de que têm declinado sendo influenciado principalmente pelos programas de transferência de renda, ou seja, ao PBF. Ainda, portanto, não foi alcançado o objetivo principal, que é erradicar a extrema pobreza, mas que tem potencial para isso, só ainda não o alcançou devido a falhas no alcance ou erros de inclusão e aos baixos valores transferidos.

Desse modo percebemos a elementariedade do PBF na diminuição da desigualdade de renda, pobreza e pobreza extrema embora se façam necessários aperfeiçoamentos para o alcance efetivo do foco do programa: erradicar a pobreza extrema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, R. P. *et al.* **Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2010 (Texto para Discussão, n. 1460). <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 10 abr. 2013.

_____. Importância da queda recente da desigualdade de renda na redução da pobreza. Rio de Janeiro: IPEA, 2007 (Texto para Discussão, n. 1256). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4819>. Vários acessos.

BARROS, R.P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente.** Brasília: IPEA, 2007, p. 41-86. v. 2. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 20 abr. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O perfil da extrema pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010.** Brasília, 2 maio 2011b. (Nota MDS). Disponível em: <<http://www.brasilsemisericia.gov.br>>. Acesso em: 09 de maio 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Guia de Políticas e Programas do Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Disponível em: www.mds.gov.br. Vários acessos.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio; BATISTA, Natália Ferreira. Impactos do Programa Bolsa família Federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. **R. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v14, n.2, p. 269-301, maio/ago. 2010.

SILVA, José Graziano; TAVARES, Lucas. Bolsa família 2003- 2010: Avanços e desafios. Brasília. IPEA, 2010. V. 2. **Bolsa Família: um programa com futuro(s).** Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6605. Vários acessos.

IBGE. **Pesquisa nacional de Amostra de Domicílios – PNAD 2010**. Síntese dos Indicadores Sociais. Rio de Janeiro 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em Março. 2013.

IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. **Indicadores Sociais no Brasil Cenários para 2015**: Dimensões do bem estar social. Rio de Janeiro 2012. Disponível em: <<http://www.iets.org.br>>. Acesso em: 24 abr. 2013.

_____. **Pobreza e Indigência**. Disponível em: <http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=915>. Acesso em: 20 abr. 2013

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Disponível em: <http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2013/02/proj-fomezero.pdf>. Vários acessos.

IPECE- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do estado do Ceará. A evolução da desigualdade de Renda entre os anos 2000 e 2010 no Ceará e Estados Brasileiros. Fortaleza Nov. 2011. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br>>. Acesso em abr.2013.

LEMOS, José de Jesus Souza. **Mapa da Exclusão Social no Brasil**: radiografia de um País assimetricamente pobre. 2. ed. Fortaleza, 2007.

LIA VASCONCELOS. **As Dimensões da Pobreza**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1132:reportagens-materias&Itemid=39>. Acesso em: 2 maio. 2013.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2013). Disponível em: <http://www.mds.gov.br/>

_____. **Especial Bolsa Família: 7 anos**. Bolsa Família comemora aniversário transformando a vida de milhões de brasileiros. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/valores-dos-beneficios>

_____. **VALORES DOS BENEFICIARIOS**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/valores-dos-beneficios>

_____. **Bolsa Família acelera redução da mortalidade infantil.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2013/05/bolsa-familia-acelera-reducao-de-mortalidade-infantil> acesso 23 de maio

_____. **Desafios e conquistas na superação da extrema pobreza.** Brasília, 2011.(Informe 298). Disponível em:http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/informes/informe-gestores/Minuta%20Informe%20298_Balanco%202011_versao%20final%20aprovada.pdf.

Vários acessos.

OSORIO, R. G. *et al.* **Perfil da pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004-2009.** Brasília: IPEA, ago. 2011. (Texto para Discussão, n. 1.647). <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 15 abr. 2013.

ROCHA, Sonia. O Programa Bolsa Família: evolução e Efeito sobre a Pobreza. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 1 (41), p. 113-139, abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 10 fev. 2013.

_____. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?**.1. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2003. 244p.

SENNA, M. C. M. *et al.* Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política Social. **Rev. Katál.**, Florianópolis v. 10 n. 1 p. 86-94 jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 12 fev. 2013.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Sergei Suarez Dillon; SOUZA, Pedro Herulano Guimarães Ferreira. **Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil.** Brasília. IPEA, 2011 (Texto para Discussão, n 1619). Disponível em:http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9855.

Vários acessos.

PNAD. Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios, 2010.

SANTOS, Arnaldo; MANSO, Carlos Alberto; MARINO, Carlos Eduardo. Uma Caracterização da extrema pobreza no Brasil. Fortaleza, 2011. Disponível em: www.repositorio.ufc.br. Acesso maio de 2013.

SILVA, M.O.S. *et al.* **A Política Social Brasileira no Século XXI: A Prevalência dos programas de transferência de renda.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva (coord.); LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almeida. **Avaliando o Bolsa família: unificação, focalização e impactos.** 1. Ed. São Paulo: Cortez editora, 2010. 135p.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. O Bolsa Família: Problematizando Questões Centrais na Política de Transferência de Renda no Brasil. **Ciência e saúde coletiva.** Rio de Janeiro, v. 12, n.6, p. 1-26, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 10 fev, 2013.

SOARES, S. *et al.* Os impactos do Benefício do programa Bolsa Família sobre a Desigualdade e a Pobreza. **Bolsa família 2003 – 2010: Avanços e Desafios.**, Brasília, v 2, p. 27-52, 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6605. Acesso em: 30 abr.2013.

SOARES, Sergei e SÁTYRO, Natália. **O programa Bolsa Família Institucional: Impactos e Possibilidades futuras.** Brasília: IPEA, 2009 (Texto para Discussão, n 1424). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4980 vários acessos.

SOARES, Sergei e SÁTYRO, Natália. **O Programa Bolsa Família: Desenho Institucional, Impactos e Possibilidades Futuras.** Brasília: IPEA, 2009 (Texto para Discussão, n. 1424). Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br>

SOUZA, Rômulo Paes; QUIROGA, Júnia. Programas de Transferência de renda e redução da pobreza e das desigualdades sociais no Brasil, no Período de 2004 a 2011. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cap_12_saude_brasil_2010.pdf. Acesso em maio 2013.